



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXIX — Nº 076

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 27 DE JUNHO DE 1984

CONGRESSO NACIONAL

PARECER Nº 54, DE 1984-CN

Da Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 58, de 1984-CN (nº 075/84, na origem), do Senhor Presidente da República submetendo à aprovação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 2.108, de 27 de fevereiro de 1984, que “concede isenção dos impostos de importação e sobre produtos industrializados nos casos que especifica”.

Relator: Senador Guilherme Palmeira

Nos termos do § 1º do artigo 55 da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 2.108, de 27 de fevereiro de 1984, que concede isenção dos impostos de importação e sobre produtos industrializados nos casos que especifica.

Referido diploma legal tem por objetivo específico isentar de impostos os bens importados, sem cobertura cambial, decorrentes de prêmios concedidos por participação, em competições ou concursos internacionais, de pessoas físicas residentes no País.

Justificando a medida legislativa, o Senhor Ministro de Estado da Fazenda assim se manifesta na Exposição de Motivos nº 24, de 23 de fevereiro de 1984:

“Tratando-se de importação sem dispêndio de divisas, não seria justa a exigência de guia de importação, nem a aplicação de norma impeditiva da entrada de tais bens no País.

Objetiva-se, com isso, solucionar definitivamente problemas que ocorrem com muita frequência, quando da premiação, no exterior, de cientistas, artistas e desportistas, por seu desempenho em competições internacionais.

A par de sua conveniência, a medida viria por fim à discrepância atualmente existente entre o estímulo que se dá a participação em tais certames e os entraves que se apresentam quando da trazida, para o País, dos prêmios conquistados.”

Ante o exposto, concluímos nosso parecer opinando pela aprovação do texto que ora nos coube relatar, na forma do seguinte:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 38, DE 1984-CN

Aprova o texto do Decreto-lei nº 2.108, de 27 de fevereiro de 1984, que “concede isenção dos impostos de importação e sobre produtos industrializados nos casos que especifica”.

O Congresso Nacional decreta:

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 2.108, de 27 de fevereiro de 1984, que “concede isenção dos impostos de importação e sobre produtos industrializados nos casos que especifica”.

Sala das Comissões, 14 de junho de 1984. — Deputado **José Carlos Fagundes**, Vice-Presidente, no exercício da presidência — Senador **Guilherme Palmeira**, Relator — Senador **Jorge Kalume** — Senador **Hélio Gueiros** — Senador **José Lins** — Senador **João Lobo** — Senadora **Eunice Michiles** — Senador **Lourival Baptista** — Senador **José Fragelli** — Deputada **Rita Furtado** — Senador **Alfredo Campos** — Senador **Marcelo Miranda** — Senador **Jutahy Magalhães**.

SUMÁRIO

1 — ATA DA 175ª SESSÃO CONJUNTA, EM 26 DE JUNHO DE 1984

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO JOSÉ CARLOS TEIXEIRA — Regresso ao Uruguai do Senador Wilson Ferreira Aldunate.

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Importância do papel desenvolvido pela Cooperativa Agropecuária Holambra, na região de Mogi-Mirim—SP.

DEPUTADO JORGE UEQUED — Defesa do repasse de 40% da arrecadação dos seguros obrigatórios de Automóveis, à Previdência Social.

DEPUTADO VALMOR DE LUCA — Considerações sobre o aumento de 65% dado aos servidores públicos.

DEPUTADO DENISAR ARNEIRO — Resultado positivo das negociações havidas entre empregados e empregadores, na greve ocorrida na Companhia Siderúrgica Nacional.

DEPUTADO PAULO LUSTOSA — Greve de professores estaduais no Estado do Ceará.

DEPUTADO JACKSON BARRETO — Telex encaminhado por entidades da área de construção de Sergipe à Secretaria Especial de Abastecimento e Preço — SEAP, no concernente ao aumento do cimento.

DEPUTADO OSVALDO NASCIMENTO — Considerações sobre o aumento salarial dos servido-

res públicos. Requerimento de autoria de S. Exª que formalizará junto à Mesa, no sentido de que se crie uma comissão especial para acompanhar os movimentos grevistas durante o recesso parlamentar.

DEPUTADO EDUARDO GALIL — Papel de importância que será desenvolvido pelo PDS, no processo sucessório.

DEPUTADA IRMA PASSONI, como Líder — Posição do Partido dos Trabalhadores em relação à votação da Emenda Figueiredo.

DEPUTADO VALMOR DE LUCA, como Líder — Atual momento econômico-político-social brasileiro.

DEPUTADO OSVALDO NASCIMENTO, como Líder — Momento político brasileiro.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

ALOISIO BARBOSA DE SOUZA

Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

RUDY MAURER

Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 3.000,00
Ano	Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares

DEPUTADA LÚCIA VIVEIROS — Artigo de autoria de S. Ex^a intitulado — **Holanda, Países Baixos.**

DEPUTADO NELSON WEDEKIN — Considerações sobre declarações à Imprensa, atribuídas ao Sr. Nelson da Matta, relacionadas a ações intentadas contra o BNH.

1.2.2 — Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 48, de 1984, que modifica a redação do item II do § 3º do art. 176 da Constituição Federal.

1.2.3 — Comunicações da Presidência

— Relativa à anexação da proposta anteriormente lida à PEC nº 46/84, com tramitação já iniciada, por versarem matéria análoga.

— Aprovação, por decurso de prazo, dos Decretos-leis nºs 2.081 e 2.085/83, ficando em consequência prejudicados os Projetos de Decreto Legislativo nºs 10 e 16/84-CN.

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Decreto Legislativo nº 28/84, aprovando o texto do Decreto-lei nº 2.096, de 27 de dezembro de 1983, que reajusta os atuais valores de vencimentos e proventos dos servidores da Secretaria Geral do Tribunal de Contas da União, e dá outras providências. **Discussão encerrada**, ficando a **votação adiada** por falta de **quorum**.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 176ª SESSÃO CONJUNTA, EM 26 DE JUNHO DE 1984

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 9 horas, com Ordem do Dia que designa.

2.2.2 — Discursos do Expediente

DEPUTADO MARCONDES PEREIRA — Considerações sobre declarações atribuídas ao Governador Jair Soares, referentes a propostas que teria recebido para apoiar a candidatura do Sr. Paulo Maluf.

DEPUTADO JACKSON BARRETO — Apelo da Fundação de Beneficência e do Hospital de Cirurgia de Aracaju, no sentido do reajustamento das diárias e taxas hospitalares nas bases do INPC.

DEPUTADO JOSÉ CARLOS TEIXEIRA — Transcurso do 112º aniversário da Associação Comercial de Sergipe.

DEPUTADO CARNEIRO ARNAUD — Reivindicações das entidades de assistência médica do Estado da Paraíba, no tocante a majoração das diárias hospitalares com base no INPC.

DEPUTADO FARABULINI JÚNIOR — Problema do enquadramento sindical dos trabalhadores da indústria de alimentos de Santa Rosa do Viterbo—SP.

DEPUTADO PAULO LUSTOSA — Notícia da possível retirada da Proposta de Emenda à Constituição nº 11/84, de iniciativa do Senhor Presidente da República.

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Homenagem ao Ministro Antonio Lamarca, no momento em que aquele magistrado se aposenta no Tribunal Superior do Trabalho.

DEPUTADO HERÁCLITO FORTES — Boatos da retirada da Proposta de Emenda à Constituição nº 11/84, do Presidente João Figueiredo.

DEPUTADO NELSON WEDEKIN — Defesa da eleição direta já para o cargo de Presidente da República.

DEPUTADO JOSÉ CARLOS FAGUNDES — Imperativo da correção das diárias hospitalares nos mesmos percentuais do INPC, a propósito de reivindicação, nesse sentido, de entidades de Juiz de Fora—MG.

DEPUTADO FRANCISCO DIAS — Trabalho profícuo do Sr. Onofre Amado Servo, gerente da VASP em Brasília.

DEPUTADO DENISAR ARNEIRO — Defesa da implantação da pena capital, objetivando a redução da criminalidade em nosso País.

DEPUTADA IRMÃ PASSONI, como Líder do PT — Drama dos Trabalhadores sem terra acampados em Dourados — MS. Vitória judicial de posseiros de Nazarê—GO.

DEPUTADO ALUIZIO CAMPOS, como Líder do PMDB — Homenagem póstuma ao Marechal Ademar de Queiroz, falecido hoje no Rio de Janeiro.

2.2.3 — Comunicação da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados

Substituição de membro em comissão mista.

2.3 — ORDEM DO DIA

Mensagem Presidencial nº 45/84 — CN (nº 10/84, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 2.097, de 27 de dezembro de 1983, que reajusta os atuais valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal, bem como os das pensões, e dá outras providências. **Aprovada** nos termos do projeto de Decreto Legislativo nº 39/84 — CN, constante do parecer oral proferido pelo Sr. Djalma Bessa. À promulgação.

2.4 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e 45 minutos, com Ordem do Dia que designa.

2.5 — ENCERRAMENTO

3 — ATA DA 177ª SESSÃO CONJUNTA, EM 26 DE JUNHO DE 1984

3.1 — ABERTURA

3.1.1 — Questão de ordem

Suscitada pelo Sr. Denisar Arneiro e acolhida pela Presidência, atinente à inexistência de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

3.2 — ENCERRAMENTO

4 — DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR

— Do Sr. Vicente Queiroz, proferido na sessão de 20-6-84

5 — REPUBLICAÇÃO

— Apartes dados pelo Sr. Arthur Virgílio Neto, na sessão de 16-5-84.

Ata da 175ª Sessão Conjunta, em 26 de junho de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Almir Pinto

ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Claudionor Roriz — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Gastão Müller — José Fragelli — Marcelo Miranda — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Randolfo Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Sales — PDS; Orestes Muniz — PMDB.

Pará

Antônio Amaral — PDS; Coutinho Jorge — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Ronaldo Campos — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Epi-tácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Antônio Morais — PMDB; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Ossian Araripe — PDS; Tomaz Coelho — PMDB.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; João Faustino — PDS.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS.

Pernambuco

Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Moura — PDS; Nilson Gibson — PDS; Osvaldo Lima Filho — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB.

Alagoas

Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; Sérgio Moreira — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Francisco Benjamim — PDS; Genebaldo Correia — PMDB; João Alves — PDS; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Ruy Bacelar — PDS.

Espírito Santo

José Carlos Fonseca — PDS; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Celso Peçanha — PTB; Clemir Ramos — PDT; Darcílio Ayres — PDS; Denisar Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; Jacques D'Ornellas — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Márcio Braga — PMDB; Osmar Leitão — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Bonifácio de Andrada — PDS; Cássio Gonçalves — PMDB; Christóvam Chiaradia — PDS; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Melo Freire — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Rondon Pacheco — PDS.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airtton Soares — PT; Aurélio Peres — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Irma Passoni — PT; João Bastos — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Octacílio de Almeida — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemberg — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Jaime Câmara — PDS; João Divino — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Cristino Cortes — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Fernando Bastos — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Florice-no Paixão — PDT; Hermes Zanetti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; José Fogaça — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alvès — PDT; Osvaldo Nascimento — PDT.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clarck Platon — PDS.

Roraima

João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 60 Srs. Senadores e 183 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Marcondes Pereira. (Pausa.)

Ausente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Valmor Giavarrina.

(Pausa.)

Ausente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Eduardo Galil.

(Pausa.)

Ausente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado José Carlos Teixeira.

O SR. JOSÉ CARLOS TEIXEIRA (PMDB — SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Completam-se onze anos, esta semana, que os militares uruguaios deram um golpe de Estado e ao longo deste tempo, Sr. Presidente os direitos humanos, o desrespeito à liberdade de expressão e de pensamento, à censura, às prisões, mortes, enfim, toda uma série deste quadro triste que se perpetua em todas as ditaduras, têm ocorrido para a desgraça desse povo irmão e querido, o povo da República Oriental do Uruguai.

No exato instante em que se busca uma saída, em que se procura construir uma ponte entre a ditadura e o desejo da sociedade de ver a sua pátria redemocratizada, todos nós, brasileiros, só podemos almejar que, efetivamente, esta meta seja alcançada em benefício da democracia, em benefício das tradições, da cultura e dos objetivos da gente urguiaia.

Esta caminhada, Sr. Presidente, está sendo realizada com muito patriotismo, com muito idealismo, através de todas as grandes correntes, desde as organizações tradicionais dos Partidos Blanco e Nacional até as esquerdas e segmentos também da democracia cristã.

Cabe-me, nesta oportunidade, Sr. Presidente, como Presidente do Grupo Brasileiro do Parlamento Latino-Americano, almejar uma solução pacífica para aquele grande povo, pela sua persistência, pela sua vocação democrática e pelos objetivos que têm norteados a construção da sua história, toda ela voltada como um exemplo dignificante em todo o seu passado.

O que desejo, neste instante, é que realmente as forças militares do Uruguai, sob o comando do Presidente General Gregório Alvarez, se reencontrem com os objetivos da Nação, abandonem as idiosincrasias, retirem todas as exigências, porque o País só existe em função do seu povo, em função do desejo da sua Nação. Não adianta o arbítrio, não adianta preparar golpes de Estado contra o objetivo maior da Nação quando se constata o grande êxodo existente dos valores intelectuais, dos valores de profissionais qualificados, enfim, o esvaziamento do que de melhor existe, formado pela cultura, pela educação e

pela tradição dessa grande Nação irmã. O que desejamos é o reencontro do Estado com o seu povo. Por isto, Sr. Presidente, quando um dos grandes líderes, o Senador Wilson Ferreira Aldunate, com a presença de testemunhas de toda imprensa internacional voltou para a sua pátria, depois de 11 anos de exílio, peregrinando pelo mundo afora, mas mantendo acesa a fê na democracia e na restauração de todos os direitos que estão sendo usurpados ao povo urguiaio, quero, neste instante, levar o nosso abraço de solidariedade a este homem que adotou uma posição audaciosa, de voltar do seu exílio para às prisões, para enfrentar o arbítrio, tendo a certeza de que a chama do seu idealismo e as suas convicções de democrata sobrepujarão todas as arbitrariedades e todas as ofensas que têm sido perpetradas contra o povo urguiaio.

Tenho certeza, Sr. Presidente, de que este é um grande instante para a América Latina e a tradição da gente urguiaia estará à frente dos objetivos maiores da Nação, que é o retorno à democracia, à legalidade democrática, objetivo fundamental do congraçamento de todas as correntes ideológicas, para que o seu passado se sobreponha àqueles aspectos mais negativos. É que ela se projete para o futuro e verifique que é preciso construir uma alternativa para os filhos da nação urguiaia para as novas gerações que têm de construí-la de uma forma mais permanente, mais sólida e mais promissora. São os votos, Sr. Presidente, de que os equívocos que a junta Militar no Uruguai está a executar no momento, possa efetivamente ser corrigidas em tempo, para receber os aplausos do povo e de toda a Nação brasileira, acima de tudo do continente Latino Americano. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Quando um grupo de famílias de imigrantes holandeses há quase meio século adquiriu uma gleba na estrada que liga Campinas a Mogi-Mirim, ninguém esperava que, naquele cerrado do planalto bandeirante viesse a vicejar um maravilhoso jardim de tulipas, além de adiantada pecuária leiteira e de corte, produtiva fruticultura, prósperas agroindústrias e uma das grandes produções de cereais do interior do Estado.

Aqueles imigrantes, que deixavam a Europa depois da última Guerra Mundial, orientados pela Organização de Lavradores e Horticultores Católicos da Holanda, vinham para o Brasil expandir sua capacidade criadora, instalar aqui novos processos em modernas práticas de agricultura e pecuária, baseados no cooperativismo.

A partir daquele ano de 1946, atiraram-se à tarefa produtiva, denominando o investimento de Cooperativa Agropecuária Holambra, composta com as três primeiras letras da sua terra natal, as duas seguidas de América e as três últimas de Brasil.

Adquiridas as terras do Frigorífico Armour do Brasil, nos municípios de Artur Nogueira, Cosmópolis, Jaguariuna e Santo Antônio da Posse, o acesso à gleba se efetua pela estrada Campinas Mogi-Mirim.

Os trabalhos foram iniciados por um grupo de sete imigrantes solteiros, em 1948 e, nesse mesmo ano, chegaram da Holanda cinco famílias, multiplicando-se o seu número com o passar do tempo, enquanto algumas deixaram a Holambra não somente diante de dificuldades climáticas, mas pela pobreza do solo, quase dizimado o gado que trouxeram.

Diante disso, o Governo holandês enviou uma comissão para ajudá-los, sob a chefia do Sr. Charles Hogenboom, que modificou a vida da comunidade.

Hoje, a Holambra tem vida própria, com base na citricultura, na avicultura e na floricultura, enquanto a comunidade possui a própria paróquia, uma Escola Estadual com currículo completo até o 2º grau, uma escola

pré-primária com uma creche mantida pelos moradores e pela LBA, praticando larga e intensamente os mais variados esportes.

A expoflora, uma grande exposição de flores e plantas ornamentais e exóticas, é uma das atraentes atividades da Holambra que realiza uma festa tradicional a 5 de dezembro, Dia de São Nicolau, comemorando-se, também, as festas tradicionais a 5 de dezembro, Dia de São Nicolau, além das festas juninas e o carnaval.

A Holambra pode servir de modelo às mais adiantadas comunidades de imigrantes do Brasil, plenamente integrada na vida nacional, sem prejuízo de costumes e tradições do País de origem, dentre elas a floricultura e o cooperativismo.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Uequed.

O SR. JORGE UEQUED (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores eleitos pelo povo e demais funcionários da Casa:

Desde 1980, estamos denunciando o lucro ilícito das empresas seguradoras no que tange ao Seguro Obrigatório dos Veículos Automotores. Essas empresas recebem o valor do bilhete do seguro e comprometem-se a prestar assistência médica e hospitalar e indenização em caso de morte ou invalidez permanente.

Ocorre que, no que tange à assistência médica e hospitalar, sempre que ocorre um acidente com veículo automotor, quem paga as despesas é a Previdência Social. A Previdência arca com o ônus, sem que as companhias a ressarcam e sem a menor possibilidade de ver o recebimento dessa parte de responsabilidade das seguradoras.

Depois de muito trabalho neste Congresso, conseguimos, junto com o ex-Senador Nilo Coelho, a aprovação de uma emenda ao projeto do Executivo, estabelecendo a transferência do seguro obrigatório de veículos automotores para a Companhia Federal de Seguros, então de propriedade da Previdência Social. O Executivo não aceitou a proposta, a Companhia Federal de Seguros foi entregue à iniciativa privada, num verdadeiro presente que a história desse País ainda vai condenar os responsáveis por aquela dilapidação do patrimônio.

Agora, o atual Ministro da Previdência Social comunica à Nação que já entrou em entendimento e que passará a receber 40% do valor dos bilhetes de seguros e veículos automotores, para a Previdência Social. Apesar das afirmativas do Ministro, isto não está correspondendo à realidade. Esses seguros, da ordem de 7 bilhões de cruzeiros ao mês, ainda não entram na Previdência, prejudicando trabalhadores e aposentados e enriquecendo, ilícitamente, as seguradoras, especialmente as multinacionais, que são as que dominam esse campo de atividade.

Agora, o **Jornal do Comércio** de Porto Alegre, de ontem, publica:

“Seguradoras não querem repasse à Previdência

O presidente da Associação das Companhias de Seguros, Caio Cardoso de Almeida, considerou em São Paulo, precipitados os entendimentos entre o Ministério da Previdência e Assistência Social e a Federação das Companhias de Seguros (FENASEG) a respeito da destinação de 40% da arrecadação dos Seguros Obrigatórios de Automóveis (DPVAT) à Previdência Social.

A argumentação oferecida pelo Ministro Jarbas Passarinho, ao defender a medida, foi a de que a grande maioria dos vitimados por acidentes de trânsito é atendida pelos hospitais do INAMPS, sem que as seguradoras nada desembolsem.

Cardoso de Almeida argumentou que a falha é decorrente do próprio sistema de informações da Previdência com as seguradoras, mas, que o problema vem sendo tratado a nível de um grupo de trabalho constituído entre representantes do Ministério, da SUSEP (Superintendência dos Seguros Privados), da FENASEG e da Associação que preside. Em razão dos estudos em andamento neste grupo de trabalho, o segurador considera prematura a tentativa de atendimento decorrente da ação de apenas duas das partes que compõem o GT."

Vai mais longe o defensor das seguradoras que estão enriquecendo ilicitamente:

"O empresário destacou que a decisão do grupo de trabalho será acatada pelas Companhias Seguradoras, mas, depois do encerramento das atividades do grupo."

E eu declaro ao Sr. Ministro que esse grupo talvez encerre suas atividades em 1989, e até lá 7 bilhões de cruzeiros por mês estarão sendo embolsados ilícita, ilegal e imoralmente, pelas companhias de seguros.

"O presidente da Associação das Companhias de Seguros assinalou que "no momento em que mais lutamos para devolver o caráter de competitividade e liberdade ao mercado segurador, empenhando-nos a tudo pela volta à iniciativa privada de seguros como os de acidentes do trabalho, a ameaça da estatização mais uma vez se antepõe aos esforços da livre iniciativa".

Sr. Presidente, livre iniciativa é uma coisa, e livre vigarice é outra. O que as seguradoras estão tendo é a livre vigarice. Estão roubando os aposentados, os trabalhadores e os proprietários de veículos automotores e a Previdência Social. Estão enriquecendo ilicitamente, e o Presidente da entidade quer apenas a manutenção desses privilégios odiosos e vergonhosos. Não se trata de defender a livre iniciativa, estão, sim, defendendo a livre vigarice. E se o Ministério entrar nesta jogada de protelar esse desconto estará, a cada mês, tirando 7 bilhões de cruzeiros dos cofres da Previdência para botar nos bolsos dos diretores e das empresas multinacionais de seguros.

E se estou alertando o Sr. Ministro da Previdência, é porque, a partir de agora, ele passa a ser o responsável, pois já anunciou à Nação que obteve esse acordo e não tomou nenhuma providência para, de maneira coercitiva, obrigar as seguradoras a não enriquecerem ilicitamente e impedi-las de saquear o povo, absorvendo recursos que são da Nação e não das seguradoras.

A livre iniciativa haverá de receber o respeito e a atenção, a livre vigarice, nunca. Não será o Congresso Nacional que vai silenciar diante dessa ameaça e dessa proposta que é uma vergonha e que espero o Ministro não embarque nessa, em detrimento, dos interesses da Previdência Social. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Walmor de Luca.

O SR. WALMOR DE LUCA — (PMDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Os jornais de hoje anunciam a disposição do Governo Federal em conceder o aumento em 65% aos Servidores Públicos Cíveis e Militares.

Naturalmente, Sr. Presidente, que este índice está muito aquém das reais necessidades desses servidores. Num País em que a inflação atinge a taxa de 230% ao ano, os servidores públicos recebem, defasados em 6 meses do seu aumento, 65%.

Se bem é verdade que houve um aumento de 65%, em janeiro deste ano, nós teríamos, computados os dois au-

mentos, segundo os cálculos do Ministério do Planejamento, um reajuste de apenas 172%, ou seja, somente este ano o Governo tomará do servidor público em torno de 60% dos seus rendimentos.

Dai, Sr. Presidente, há que se compreender, por exemplo, a carta que acabo de receber de um velho servidor público do Estado de Minas Gerais.

Sr. Presidente, Sou Deputado por 3 legislaturas, eleito por Santa Catarina. Confesso, Sr. Presidente, que conheço Belo Horizonte apenas por uma leve ligeira passagem.

Mas esta carta, Sr. Presidente, eu não poderia deixar de registrá-la, porque ela demonstra exatamente, o drama por que passam milhares de servidores públicos deste País. Grande parte deles hoje, em greve a mais justa e a mais compreensível.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Profundamente sensibilizado, recebi carta de servidor público de Belo Horizonte que, pela sua singeleza e tocante veracidade, merece transcrição nos anais da Casa o que solicito a V. Ex^a O Sr. Walter de Souza Oliveira ilustra, com grande força, o drama dos servidores públicos civis do País, ainda em greve por melhores condições salariais. Em sua correspondência, o sofrido funcionário manifesta apoio à emenda constitucional deste deputado, recentemente apresentada à consideração desta Casa, determinando paridade nos reajustes dos rendimentos dos funcionários civis e militares. Pois o governo vem institucionalizando o hábito de privilegiar uma classe de servidores. Enquanto se concede os mais diversificados incentivos e vantagens para os funcionários militares relega-se os servidores civis à sua própria sorte. É muito oportuna a transcrição da correspondência do espoliado funcionário, ainda mais numa data fatídica para o servidor quando se anuncia os novos índices de aumento do servidor público.

Lembra o referido servidor: "sou funcionário civil desde 1951, dei minha mocidade e minha vida a serviço da Pátria, para o seu Progresso. Em 1962, éramos equiparados ao funcionalismo militar e meu salário na época, no nível 14, era equivalente ao de tenente".

Sr. Presidente, aí se constata a tremenda degradação salarial sofrida pelo funcionalismo civil nos 20 anos de regime autoritário, degradação que se tornou ainda mais intensa com o advento do Governo Figueiredo. Por 30 anos de serviço, o servidor, pasmem, Srs. Congressistas, percebe Cr\$ 191.279,00 e Cr\$ 57.383,00 referentes a 6 quinquênios.

O funcionário afirma com lucidez que "não acha injusta a remuneração deles. Os militares também dão a vida pela Nação; injusta é a nossa remuneração".

A seguir, transcrevo a carta na íntegra, na certeza de que o drama do Senhor Walter de Souza Oliveira é o mesmo de milhares de brasileiros, cujas condições de sobrevivência estão cada vez mais ameaçadas pela política desumana imposta pelo governo e de total vassalagem ao FMI. São cidadãos brasileiros, cuja situação se perverte e se depaupera a cada dia, transformando seu cotidiano num inferno de desesperança, descrença e fome".

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. WALMOR DE LUCA EM SEU DISCURSO

Belo Horizonte, 2 de junho de 1984

Ao Exm^o Sr. Deputado Walmor de Luca
Câmara dos Deputados — Brasília — DF.

Tomando conhecimento através da Imprensa, de surpreendente iniciativa de V. Ex^a, apresentando emenda Constitucional em favor do funcionalismo Civil, quero cumprimentá-lo por tão nobre e feliz decisão, alguém teria que se lembrar desta Classe de Servidores Públicos que vêm sofrendo achatamento de salário desde 1964, V. Ex^a felizmente, saiu em defesa de nossa causa, nossa Classe está sendo rebai-

xada a cada ano, como se nada representasse para o progresso e crescimento da Nação Brasileira.

Sr. Deputado, sou funcionário Civil desde 1951, dei minha mocidade e minha vida a serviço da Pátria, para o seu Progresso, em minha carreira funcional, já servi ao Ministério da Viação e Obras Públicas, hoje Ministério dos Transportes, e atualmente, no Ministério da Educação e Cultura, dando apoio ao Ensino, faltando portanto 3 anos para me aposentar não sei ainda qual será o futuro.

Quero esclarecer a V. Ex^a, que, em 1962 e 1963 éramos equiparados ao funcionalismo Militar, poderá V. Ex^a verificar as Tabelas de Vencimentos publicadas no Diário Oficial da República, o meu salário na época no nível "14", era equivalente ao do Tenente e hoje, apenas para verificação, sou classificado NM-1.014 — Ref. 28 com salário de Cr\$ 191.279,00 mais Cr\$ 57.383,00 referentes a 6 quinquênios por 30 anos de serviço, somando Cr\$ 248.662,00 meu salário bruto, e agora eu pergunto, qual o salário (soldo) do 1º, 2º ou 3º Tenentes atuais. Não acho injusta a remuneração deles, dão também a vida pela Nação. Injusta é a nossa remuneração.

Sr. Deputado, agradeço a iniciativa de V. Ex^a, e espero que Deus o dê forças e estímulo para continuar defendendo nossa causa, que Deus proteja V. Ex^a dando-lhe saúde e paz.

Atenciosamente, **Walter de Souza Oliveira**, R. Indiana, 990 — J. América — Belo Horizonte.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Denisar Arneiro.

O SR. DENISAR ARNEIRO (PMDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados e Senadores, pela primeira vez na história da Companhia Siderúrgica Nacional, não houve acordo entre o Sindicato dos Metalúrgicos e aquela companhia. Naturalmente também pela primeira vez, Volta Redonda presenciou uma greve.

Quarenta e três anos se passaram para isto ocorrer. A CSN, hoje com 22 mil operários e funcionários, é e continuará sendo o padrão do nacionalismo, brasileiro, por ser a marca pioneira plantada em nossa Pátria, em termos de indústria pesada.

Embora, empregados e empregadores não tenham chegado a bom termo, e os direitos dos trabalhadores tivessem que ser defendidos pelo seu Sindicato, com a deflagração da greve geral, não podemos deixar de reconhecer que houve respeito de parte a parte. Greve pacífica, que naturalmente, trouxe grande prejuízo para a Usina, mas que no seu final, prevaleceu o bom senso e foram atendidas boa parte das reivindicações daqueles que outrora já foram os operários melhores remunerados do Brasil.

Sr. Presidente, uma das exigências que a classe — via seu Sindicato — fazia, era equiparação com as condições já atendidas pela COSIPA ao seu pessoal e que a direção da CSN ainda não havia recebido autorização para negociar. Foi um dos pontos básicos para que os trabalhadores de Volta Redonda exigissem a equiparação, reivindicação — mais do que justa —, já que outra usina, do mesmo porte e do mesmo padrão, já havia conquistado os benefícios que pleiteavam. Não sei porque este item não foi vitorioso nas reivindicações.

O Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Sr. José Juarez Antunes está de parabéns, pois conseguiu o desejado pela classe, demonstrando uma liderança que vinha sendo contestada de há muito, até pelo próprio Tribunal do Trabalho, que obrigou os operários do setor a votarem, por três vezes, a fim de ser finalmente reconhecida a sua vitória, na presidência do maior sindicato do Estado do Rio de Janeiro.

Parabéns à direção da CSN por ter conseguido vencer aos Ministros da Indústria e do Comércio e do

Planejamento, que o pleito do Sindicato era mais do que justo. Após 120 horas, totalmente paralisada, retornou, ontem à zero hora a Siderúrgica ao seu funcionamento normal. Exemplo deu os operários da CSN de como deve ser feita uma greve, não depredando o que será novamente a sua fonte de trabalho. Mostraram, com isto que a classe obreira do Brasil, foi aquela que compareceu aos comícios pelas "diretas, já", na maior ordem e tranquilidade, que a Nação já presenciou. Após o evento, retornaram às suas casas com a consciência do dever cumprido de terem procurado defender seus direitos dentro da dignidade, que é esperada daqueles que reivindicam justiça

Era o que tínhamos a dizer. Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Lustosa.

O SR. PAULO LUSTOSA (PDS — CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Cada vez mais se estreita o gargalo da profunda crise econômica social e político-institucional deste País.

Incompetência, omissão, descaso, personalismo, interesses pessoais, todos esses ingredientes vão limitando as possibilidades e as perspectivas da sociedade brasileira buscar o reencontro com a sua identidade, com os seus valores mais caros.

Veja V. Exª o pipocar de crise sociais hoje invadindo, inclusive, a área do setor público. Muito embora a legislação vigente caracterize ao único instrumento legítimo dos trabalhadores de exercer sua pressão política que é a greve, como ilegal, no caso dos funcionários públicos, tanto federais, como no caso que ocorre em meu Estado, como os estaduais, essa greve vem resguardada e respaldada por profunda legitimidade.

No caso específico dos funcionários públicos federais, estudos recentes mostraram que se se pretendesse apenas corrigir o poder de compra perdido de 1979 até os dias do reajuste aprovado ontem, de 65%, e que deveria ter sido de 265%, seria a forma de recompor o poder de compra perdido, dos funcionários públicos federais.

Por outro lado, vive hoje o nosso Estado, que é também o de V. Exª, crise idêntica de funcionários públicos estaduais, principalmente de professores, que estão em greve, e simplesmente não aceitam os termos da negociação que o Governo estadual pretende colocar.

Na verdade, o Governo estadual, aparentemente, apresenta um argumento procedente e válido, haja vista que o Estado do Ceará, ao dever hoje um trilhão de cruzeiros, não poderia pagar os encargos dessa dívida, mesmo se as taxas de juros vigentes dessa dívida fossem em torno de 5% ao mês, porquanto toda a arrecadação tributária do Estado, e mais as transferências, não atingirem mais do que 38 bilhões por mês e, praticamente, 90% desses recursos estão comprometidos com o pagamento de pessoal, níveis de salários atuais.

Mas, na verdade, o Governo não faz o que as suas finanças o permitem fazer. O Governo do Estado do Ceará, ao manter uma posição que estabelece o critério de que o Governo fará apenas aquilo que as finanças estaduais permitem fazer, cai numa tremenda incoerência. De fato, o Governo estadual não pode fazer absolutamente nada. O conceito, o critério mais adequado não é fazer aquilo que as finanças estaduais permitem, mas fazer, pelo menos, o mínimo que os funcionários públicos, os professores podem tolerar e suportar. Uma coisa é o que as pessoas podem tolerar e suportar e a outra é, simplesmente, um critério já vencido no tempo, um critério totalmente injusto, em termos sociais, e inviável, em termos políticos, de fazer aquilo que os frios números e as cifras de uma administração fazendária e tributária aconselham como legítimo e adequado.

Essa proposição de fazer aquilo que é necessário, respeitar aquilo que é possível suportarem os funcionários

públicos e porque na sociedade brasileira os homens públicos não têm uma dimensão precisa de quanto podem espichar uma corda no pescoço principalmente dos assalariados e dos mais sacrificados. Alguém talvez perguntasse: não seria levandade, aqui, propor — e falo aqui como ex-Secretário de Planejamento de Estado, como economista — que o Estado deva fazer aquilo que é o mínimo necessário à subsistência dos funcionários públicos, e não aquilo que as finanças estaduais o permitem? Mas a situação em que se encontram os Estados, principalmente os nordestinos, é tão dramática em termos de endividamento, em termos de suas finanças, e a insensibilidade do Governo federal é tamanha, no sentido de buscar estabelecer uma melhor distribuição das rendas públicas entre as três esferas de Poder, que a única alternativa a um Governador é criar o fato consumado, ou adotar a estratégia do irreversível: dar aos funcionários estaduais pelo menos aquilo que os Governadores nas suas proximidades fizeram ou, então aquilo que, de forma um tanto desagradável e aviltante, o Governo Federal fez para os funcionários públicos federais. Mas seria estranho que o Governador buscasse distribuir em parcelas trimestrais, ou quadrimestrais ou semestrais um minguado aumento salarial que, por incrível que pareça, ainda manterá uma parcela substancial dos funcionários públicos do Ceará, principalmente dos professores, com salários inferiores ao salário mínimo regional. São os governos estaduais — para V. Exª ver a subversão de toda a ordem política institucional brasileira, a subversão dos critérios de moral e dignidade que estão presentes no quadro político e no quadro administrativo — são os governos estaduais que negam o texto constitucional, ao não resguardar, pelo menos, o salário mínimo, esse salário mínimo que também já é uma negação do que o texto constitucional manda, já que ele não atende às necessidades mínimas indispensáveis à sobrevivência do cidadão e sua família.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de concluir as minhas palavras fazendo um apelo ao Governador do Estado do Ceará para que faça com que esses problemas se transfiram à esfera federal, a quem cabe encaminhar essas questões gravíssimas que, inclusive, se sugere até que o Governo estadual exija que o governo federal encampe parcela substancial da sua dívida, para começar a regularizar as contas estaduais, e permitir que o Governador, que tem uma imagem pública tão boa, não prejudique a sua imagem assumindo responsabilidades que não são suas, mas sim da estrutura econômica social injusta e de uma distribuição de rendas públicas profundamente injusta

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jackson Barreto.

O SR. JACKSON BARRETO (PMDB — SE. Pronuncia o seguinte discurso sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Trago ao conhecimento desta Casa o telex que recebemos do Estado de Sergipe, enviado pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil; pela Associação dos Dirigentes das Empresas do Mercado Imobiliário; pelo Conselho Regional de Engenharia, Agronomia e Arquitetura, pelo Presidente do Clube de Engenharia, pelo Presidente da seção de Sergipe do Instituto de Arquitetura do Brasil, pelo Presidente da associação Comercial de Sergipe, pelo Presidente da Associação brasileira de COHABS e pelo Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil, indústria que consegue, hoje, no meu Estado, um ativismo muito grande, dado o número de trabalhadores que ela emprega.

Essas entidades, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, enviaram um telex para o SEAP, solicitamos as devidas providências desse órgão com referência à questão do preço do cimento. Como sabemos, o último aumento do

preço do cimento criou problemas gravíssimos para área da construção civil, seja ela privada ou pública. E o aumento do preço do cimento poderá dificultar o andamento da indústria da construção civil no País, particularmente no Estado de Sergipe, por ser a construção civil a área mais ativa que oferece o maior número de emprego em nosso Estado.

Dai por que nós nos solidarizamos com essas entidades e estamos divulgando, aqui, no Congresso Nacional, o seu telex, pedindo a V. Exª que o faça inserir nos Anais desta Casa. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JACKSON BARRETO EM SEU DISCURSO

“Exmª Sr.
Deputado Federal Jackson Barreto
Câmara dos Deputados

Transcrevemos abaixo telex enviado pelas entidades ligadas a construção em Sergipe para a SEAP. Solicitamos V. Exª apoio, endosso, e divulgação do nosso documento.

As entidades abarço preocupadas com a grave situação que atravessa a indústria da construção em nosso Estado, vem a V. Sa. expor o seguinte.

1) A partir do último dia 11 a Cia. de Cimento Portland de Sergipe está praticando um preço de Cr\$ 7.262,24 (sete mil, duzentos e sessenta e dois cruzeiros e vinte e quatro centavos) por saco de 50 kg de cimento FOB, a vista, aumentando assim seu preço que era de Cr\$ 5.775,17 (cinco mil, setecentos e setenta e cinco cruzeiros e dezessete centavos) ou seja 25,74% (vinte e cinco vírgula setenta e quatro por cento)

2) Que com o aumento citado o saco de 50 kg de cimento custa atualmente 0,5983 ORTN.

3) Que no mês de maio próximo passado o referido saco custava 0,5181 ORTN e em janeiro de 1980 custava 0,2175 ORTN, havendo, assim, no preço citado um acréscimo acima da ORTN de 15,47% sobre o preço de maio e 175,08% sobre o preço de janeiro de 1980.

4) Que, se calculado pelo valor da ORTN a correção do preço do saco de 50 kg de cimento de janeiro/1980 até este mês, o valor seria de Cr\$ 2.640,42, ou seja quase um terço do valor cobrado.

5) Que, em uma obra estrutural o custo do cimento representa aproximadamente 15% do custo total e que se o preço do cimento fosse reduzido a um terço haveria uma redução de 10% no custo total das obras

6) Que, se não houve no período estudado aumentos extraordinários no custo do cimento, os fabricantes estão praticando um preço artificialmente elevado, obtendo lucros excessivos.”

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — V. Exª será atendido, na forma regimental.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Osvaldo Nascimento

O SR. OSVALDO NASCIMENTO (PDT — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Nós queremos, de público, trazer o nosso protesto pela decisão tomada pela área econômica com relação ao aumento do funcionalismo público civil e militar da União

Verdadeiramente, Sr. Presidente, foi uma decepção, porque o funcionário público federal já está com uma defasagem salarial de mais de 265%, desde 1979, e não seria agora, nesta hora grave da Nação, quando eles buscam a reposição salarial, a semestralidade, enfim, os seus direitos legítimos, venha o Governo, de uma forma praticamente isolada, sem buscar o diálogo, a conversa, o

entendimento, determinar, de cima para baixo, um aumento que é mais um achatamento salarial. Diga-se de passagem que é um aumento vexatório, ridículo. E nós devemos, a esta altura dos acontecimentos, estar juntos com essas classes sofredoras de professores, funcionários públicos, médicos residentes, porque suas postulações são legítimas e merecem o respaldo do Poder Legislativo, exatamente nesta hora grave por que passa o funcionalismo público da União, que é o suporte, o sustentáculo de toda essa estrutura sobre a qual se move o País. -

Lamentavelmente, o Presidente da República não está enxergando o funcionário público como deve enxergar. O funcionário público não é um pária da sociedade, ele é o suporte, ele é o fundamento, ele é a máquina que movimenta este País, de ponta a ponta. Onde parar o funcionário público pára o Brasil e, conseqüentemente, estaremos à falência.

Sr. Presidente, a classe política, a Câmara dos Deputados e o Senado não podem, de maneira alguma, perderem esse espaço de apoio às classes menos favorecidas e injustiçadas desta Nação.

Em nome do nosso partido, o PDT, e em nome da Comissão Interpartidária, da qual fazemos parte, já, inclusive, encaminhamos um requerimento à Mesa pedindo a permanente vigilância de uma comissão nesta Casa, por ocasião do recesso parlamentar, para que os grevistas não fiquem a esmo, sem rumo e sem destino, que tenham uma comissão de Deputados e uma comissão de Senadores para apoiá-los e socorrê-los nesta hora tão dramática da vida nacional.

Portanto, nós esperamos que o nosso requerimento seja aprovado pela Mesa e seja aprovado pelo Plenário, de acordo com o art. 128, I, do Regimento Interno desta Casa.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Eduardo Galil.

O SR. EDUARDO GALIL (PDS — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srs. Deputados:

Ontem, mais uma vez, Sua Excelência, o Presidente João Figueiredo, deixou ao encargo do Seu Partido, o PDS, a solução do processo sucessório. Tal atitude, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, vem, sem dúvida alguma, reafirmar e confirmar a coerência política do Presidente da República. Há 20 anos, a classe política e o partido de sustentação do Governo, desde a antiga Aliança Renovadora Nacional até o Partido Social Democrático, estão ausentes e afastados do poder Executivo. Os nossos companheiros não chegam aos Ministérios, às estações por pertencerem ao PDS. Eles vêm para o PDS, porque ocupam aquelas funções e se inscrevem no nosso Partido como que simplesmente estivessem fazendo um favor ao PDS. E nesta hora, Sr. Presidente, em que este desafio é lançado ao nosso Partido, que não tem nenhuma responsabilidade pelo processo inflacionário nacional, que não tem responsabilidade pelas dificuldades que a sociedade atravessa, mas que tem sido aqui, diuturnamente, da mais intocável fidelidade ao Governo.

Cumpra a nós, políticos, representarmos autenticamente os vereadores, os prefeitos, as nossas bases municipais, e afirmarmos que somos capazes de unidade, capazes de união, capazes de assumir os Governos para enfrentar as grandes dificuldades que afligem as nossas populações, que somos capazes de cobrar, na praça pública, pelo menos a ação administrativa de três Governadores: de São Paulo, do Rio de Janeiro e do Estado de Minas Gerais, que vão para o segundo ano de Governo sem sequer apresentar uma obra de destaque, uma ação administrativa capaz de justificar esses dias de mandato, uma obra administrativa capaz de justificar a votação maciça que receberam nas urnas.

Não é justo, Sr. Presidente, que esse PDS de tantos anos, aliado do poder, de tantos anos esquecido pelo Poder Executivo, seja agora ameaçado por defecções, por meras atitudes de traição movida por pedacinhos de intriga, por recantos de maldade, por patrulhamento de órgãos de informação, da imprensa falada ou escrita. Não é justo, Sr. Presidente, que alguns que foram constituintes no Torto, para tirar a Emenda de Abril que criou o Senhor biônico, que criou tantas figuras que a imprensa massacra e esquece de dizer o nome do autor daqueles artigos constitucionais, criados com base no Ato Institucional nº5. Não é justo que atire sobre todo um partido que chegou aqui pelo voto livre, direto e secreto, a responsabilidade por tudo isso. Não! O PDS tem a obrigação, se eleito fora pelas normas constitucionais, que nos permite chegar à Presidência da República, que nos permite dirigir este País, que nos permite encarar de frente a responsabilidade perante a História futura deste País, e as novas gerações de brasileiros — eu aos 38 anos de idade e outros tantos companheiros — e de fazer agora o que o Sr. Tacerdo Neves não fez nos seus 74 anos de vida pública, ou seja, ajudar esse País a ser a grande Nação, a esperança de todos nós, numa realidade concreta e efetiva de um povo feliz, de um povo heróico, de um povo grande, de um povo que tem na sua História a marca, sem dúvida alguma e acima de tudo, da sua tradição cristã e Humanística.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra à nobre Deputada Irma Passoni, que falará como Líder do PT.

A SRA. IRMA PASSONI (PT — SP. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Primeiramente quero registrar aqui a posição do Partido dos Trabalhadores, em relação à votação da Emenda Figueiredo, amanhã:

1) — o Partido dos Trabalhadores tentará, por todos os meios parlamentares, obter a aprovação do Substitutivo das oposições, que estabelece “Diretas-Já”;

2) — na hipótese, porém, de — esgotadas todas as possibilidades — coloca-se em votação a Emenda Leão-Figueiredo, o PT tentará, ainda, requerer destaque, para votar em separado, e rejeitar, o artigo 183, que consagra e regulamenta o Colégio Eleitoral como forma de escolha indireta do sucessor do presidente Figueiredo em 15 de janeiro de 1985;

3) — se também essa alternativa não lograr êxito, o PT votará contra a Emenda Leão-Figueiredo.

São Paulo, 24 de junho de 1984 — **Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores.**

Por que o Partido dos Trabalhadores teima na sua luta de conquista pelas eleições diretas? Primeiramente, porque para nós do Partido dos Trabalhadores, a única forma possível desta Nação encontrar o seu próprio caminho, o seu próprio destino, o seu próprio Governo, é nós termos as eleições diretas, imediatamente. Será o caos social adiarmos, por mais tempo, as eleições diretas neste País, e a prova aí está: Por quê? A submissão servil do Ministro do Planejamento ao Fundo Monetário Internacional chega às raias do absurdo com o aumento dado aos Funcionários Públicos Federais, ontem. O ministro realiza o quê? As ordens do Fundo Monetário Internacional que coloca claro:

“Os salários médios reais, no setor privado e nas empresas estatais, declinarão em 2,5% durante 1983, e aqueles do funcionalismo público federal em 7,5%.”

O FMI o determina e assim vem este País não temos mais Governo, não temos mais respeito por aquilo que somos, pela nossa identidade objetiva e clara de Nação. Estão aí os problemas graves sociais denunciados pelo PDS, pelo PMDB, pelo PDT, pelo PT, pelo PTB. Todos nós denunciemos o que é a situação do povo brasileiro, hoje, que é a questão da terra, é a questão do desemprego, é a questão do alto custo de vida, o absurdo aumento da gasolina, do álcool, o absurdo do não-preço da produção agrícola, daí o problema da retenção dos caminhões em relação ao próprio preço do arroz. Portanto, nós vivemos um caos profundo e grave, e nós sabemos que a saída pelas indiretas seria a institucionalização oficial da corrupção, a institucionalização oficial do entreguismo e a nossa submissão como Nação, como colônia voltando à época de 1500; seria realmente o caos brasileiro se somando à outros internacionais.

Portanto, reafirmamos a necessidade de amanhã, aqui nesta Casa, votarmos a emenda que restabelece as eleições diretas, pois não é possível prorrogá-las mais; não é possível reter um povo faminto, à custa de alguns privilegiados se deleitando nas mordomias, não é possível mais, porque o caos separou o Governo, do País e nós não temos mais a expressão política do povo brasileiro. Assim o nosso desafio está também nesta Casa, e não adianta dizer depois que fulano não quer que os partidos não querem ou que o Governo não quer... Está nas mãos dos Parlamentares, amanhã, está em nossas mãos somarmos 320 votos e aprovarmos o substitutivo que restabelece, imediatamente, as eleições diretas! Porque tudo o mais é resto; o que tem de ser destruído é o Colégio Eleitoral, o resto são emendas menos importantes. O essencial é a volta das eleições diretas imediatamente, com programas de ação imediata, os quais vários Partidos já determinaram, já discursaram e colocaram sem pontos de vista sobre isso. Não é simplesmente a vinda das eleições diretas como uma palavra mágica, mas a vinda enxertada de um programa mínimo que todos nós, claramente já dissemos que seria a retomada do desenvolvimento brasileiro, da autonomia brasileira, da questão agrária, da questão do produto agrícola e dos alimentos básicos para a alimentação do povo, a retomada do emprego e dos reais valores do salário e não o absurdo que se fez aqui com a decretação ontem de 65%.

Portanto, nós somamos com os anseios desse povo e com as eleições diretas. Não há possibilidade real de se dizer que o Colégio Eleitoral vai eleger o candidato único das Oposições; não existe isso! Não existe, porque nós sabemos que este Colégio Eleitoral foi denunciado amplamente pela Nação brasileira, por todas as entidades civis brasileiras. O Colégio Eleitoral elege a corrupção, a desordem, o desgoverno e o entreguismo internacional. O Colégio Eleitoral não cabe na Nação brasileira. A Nação brasileira quer muito mais: ela quer ser Nação que se auto-dirija, que se auto-governa, e a única maneira são as eleições diretas.

Portanto, com o Partido dos Trabalhadores, deixo registrada, aqui, a posição firme de que exigimos eleições diretas, pois a Nação não suporta mais esta situação. O essencial, para nós, é um Governo que seja a expressão do povo brasileiro, e o Colégio Eleitoral jamais o será! Portanto, não podemos admitir isso.

Exigimos, sim, que amanhã, às 9 horas da manhã, aprovemos aqui a emenda que nos devolve o direito brasileiro, que é o de elegermos o Presidente da República, em consonância com um programa mínimo, para termos fôlego para nos construir como Nação.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Com a palavra, como Líder do PMDB, o nobre Deputado Walmar de Luca.

O SR. WALMOR DE LUCA (PMDB — SC. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, nesta data que podemos dizer fatídica, trágica para os servidores públicos, em que mais uma vez a insensibilidade do Governo é demonstrada e caracterizada neste anúncio de 65% do reajuste desses servidores, não poderíamos deixar de registrar, em nome da Liderança do PMDB, o nosso mais veemente protesto contra a submissão dos homens que governam este País, especialmente as dos Ministros da área econômica que submetem toda a Nação e todo o povo, aos ditames da agiotagem internacional organizada.

Ontem, Sr. Presidente, os banqueiros internacionais seqüiosos, ávidos e vorazes, novamente elevaram as taxas de juros, desta vez, em mais 0,5%.

A **prime rate** em doze meses, Sr. Presidente, subiu de 10% para 13%, num País que tem uma dívida, hoje, de 100 bilhões de dólares. Esses 3% de aumento da taxa do **prime rate** significam mais 3 bilhões de dólares acrescidos à dívida brasileira em um ano.

Veja, Sr. Presidente, em que contradições estamos mergulhados. Há poucos instantes era o nobre Deputado Paulo Lustosa, ilustre representante do Estado do Pará, que se lembrava das dificuldades que o seu Estado tem, o seu Governador tem — como a de resto todos os outros Governadores o têm — de poder atender a uma política justa de salários aos servidores — como de resto todos os municípios brasileiros, também, o têm.

Mas, Sr. Presidente, essa situação tão dramática por que vivem todos os servidores públicos brasileiros, desde os municipais, os estaduais e aos federais, essa situação tem no seu fundo uma questão política. Na verdade, um País que vai pagar este ano mais de 15 bilhões de dólares em juros, Sr. Presidente, não terá recursos na sua economia, para suprir as necessidades de caixa dos governos para pagar um salário justo aos servidores.

Sr. Presidente, esta é uma hora da nacionalidade. O que falta ao Governo do General Figueiredo é espírito patriótico, é amor à Pátria, é sensibilidade suficiente para entender que o esforço de milhões de brasileiros, o trabalho, o suor de todos os brasileiros está sendo sugado pelos banqueiros internacionais, graças a acordos que sucessivos governos fizeram sem consulta e sem aval popular. Estamos agora, mais uma vez neste Congresso, Sr. Presidente, às vésperas de uma decisão das mais importantes, talvez a mais importante da História Nacional. Vemos o povo nas ruas, como ontem, em Curitiba, milhares de pessoas a clamar, a exigir que este Congresso entenda o desejo da Nação, que quer as eleições “Diretas Já”. Mas, Sr. Presidente, essa multidão que está indo aos comícios, às praças, como ontem em Curitiba, enfrentando o frio...

O Sr. Osvaldo Nascimento — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. WALMOR DE LUCA — ... não está apenas pedindo o direito de votar! Não, Sr. Presidente. O que esta multidão está dizendo nas praças é que este País precisa de mudanças substanciais, profundas na sua economia.

E, Sr. Presidente, não haverá mudança alguma neste País enquanto não rompermos com os compromissos internacionais que nos ligam à exploração imperialista, montada a partir dos empréstimos concedidos aos sucessivos governos revolucionários que foram aplicados em obras faraônicas, desnecessárias e inconvenientes.

Sr. Presidente, ouvi há poucos instantes o nobre Deputado Eduardo Galil, do Partido do Governo, a cobrar

dos governadores de Oposição que apresentassem obras, porque já estão há mais de um ano no poder e ainda não têm obras a apresentar.

Sr. Presidente, antes de tudo temos é que restabelecer o princípio federativo, temos que dar autonomia aos Estados, e dar recursos financeiros aos que não os têm hoje e nem sequer para suprir a folha de pagamento dos seus servidores. Tudo porque, o Governo autoritário que aí está, que impôs à Nação sucessivas constituições outorgadas pela vontade militar, sem respaldo popular, é o grande reponsável pelo caos em que hoje mergulha-se o País. uma recessão econômica de 4 anos que destrói empregos, sucateia sua indústria.

Sr. Presidente, quero cumprimentar aos Governadores de Minas Gerais, de São Paulo, do Rio de Janeiro, os quais entenderam, e entendem que não será fazendo empréstimos a juros, como tem feito o Governo Revolucionário, nem será fazendo empréstimos, para serem pagos pela taxa flutuante da **prime rate** ou da **libor**, que irão atender às necessidades do seu povo e da sua gente. Não será fazendo, como o fez, o Governo que aí está e seus antecessores, como o fizeram os sucessivos militares que ocuparam a Presidência deste País, tomando dólares lá fora e os aplicando aqui dentro em obras desnecessárias. Repito, Sr. Presidente, o que ouvi pessoalmente do Vice-Presidente da República — Sua Exª Dr. Aureliano Chaves que conhece melhor do que este Parlamentar o que se passou e o que se passa dentro do sistema de Governo — que há um ano atrás, quando no exercício da Presidência da República, nós, Deputados por Santa Catarina, da Oposição, numa visita que lhe fizemos ao Palácio, levamos-lhe as apreensões dos prefeitos catarinenses, face à tragédia das águas que se abateram sobre Santa Catarina há um ano, e porque houve, ao longo desses anos, uma política de concentração de recursos na mão do Governo federal, em detrimento dos Estados e Municípios, para que fosse possível tocar o projeto “Brasil potência”. O projeto “Brasil potência” esta aí Sr. Presidente. É Itaipu orçada em 8 bilhões de dólares e custando, hoje, 16 bilhões de dólares, o dobro do seu orçamento inicial, e ainda não está em funcionamento! Se entrasse em funcionamento hoje, não teria a quem vender a energia produzida. Obra desnecessária, inconveniente é Tucuruí, onde serão enterrados 6 bilhões de dólares, para mover o projeto de bauxita que interessa à ALCOA, à ALCAN, às multinacionais, ao capital estrangeiro que irá comprar essa energia 15% mais barata do que é vendida a qualquer industrial brasileiro.

Sr. Presidente, o próprio Ministro das Minas e Energia, esta semana, na comissão da Câmara dos Deputados, o Ministro César Cals confessava que a ELETRO-NORTE irá vender a energia de Tucuruí aos grandes empresários internacionais, que vão extrair a bauxita e transformá-la em alumínio, 15% mais barata do que as taxas cobradas no resto do País.

Está aí, em rápidas pinceladas, o pano de fundo da crise nacional. Esta é uma hora em que as Oposições, que estão a pedir e vão votar hoje e amanhã as eleições “Diretas-Já”, não estão preocupadas, como dizem alguns, em ter o poder o que a eleição direta certamente lhes permitirá. As Oposições estão interessadas nesta hora em fazer com que nós possamos reconciliar Governo e povo, Nação e Estado. Precisamos reconciliar o Brasil, para que num grande pacto nacional possamos enfrentar esses abutres, os banqueiros internacionais que ontem mais uma vez deram demonstração da sua insensibilidade.

Sr. Presidente, brasileiro algum, por mais corajoso e patriota que seja, digo e repito, não acredito, vai conseguir enfrentar essa exploração internacional, romper com esses acordos, encontrar uma solução para que pos-

samos reaquecer a nossa economia e truncar essa sangria de dólares que se faz todo dia neste País, se este Presidente não estiver envolvido do aval popular, se este Presidente não estiver envolvido do apoio, da solidariedade da Nação; até mesmo com este apoio, com esta solidariedade será difícil. Aí está o exemplo da Argentina. O Presidente Alfonsín, que tem o apoio da imensa maioria do povo, não está conseguindo. Precisamos desta reconciliação, sob pena de voltarmos ao que era o Brasil antes de 1822. Pior do que a derrama que levou Tiradentes e os Inconfidentes à rebelião, ao sacrifício da vida é a sangria da **prime rate** e da **libor**. Esta é uma hora de libertação nacional! O Brasil precisa de alguém que saiba dar o novo “Grito de Independência”, e este alguém só poderá surgir se ele nascer, se for concebido nas urnas, através do voto direto, do apoio, da solidariedade de toda a Nação. Esperamos, que o Congresso Nacional, nesta hora tão grave, tenha a sensibilidade para entender o perigo que a Nação passa, e os caminhos que temos de encontrar para salvar o País. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra, como Líder do PDT, ao nobre Deputado Osvaldo Nascimento.

O SR. OSVALDO NASCIMENTO (PDT — RS. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, ontem à noite, assistindo a rede de televisão **Manchete**, vimos o Presidente Figueiredo traçar alguns rumos da Nação, rumos estes que nos deixaram deveras decepcionados, porque o Presidente Figueiredo, em três tópicos que citou se contradisse por inteiro.

Primeiro, alegou que não pretende mais continuar governando este País num processo de reeleição. Posteriormente, afirmou que não quer “diretas, já” de jeito nenhum. Por outro lado, asseverou que não concorda em votar o processo político de administração política da vida sucessória do País; que é simplesmente um administrador e, como tal, irá agir daqui para a frente porque o problema é dos políticos.

Mais tarde, o Presidente interino do PDS, o ilustre Presidente Amaral Peixoto, já sem ambições, no fim da vida praticamente, fez uma declaração histórica para o Brasil e que deixou muita coisa a pensar. Chamo a atenção dos políticos para a declaração do atual Presidente do PDS, Senador Amaral Peixoto, um homem despedido de vaidades, de interesses, de ambições e que proclama ao País: “Todos os Presidentes da República coordenarem o processo sucessório, a tal ponto que fizeram o seu sucessor. E o Presidente Figueiredo, apesar de não concordar com a minha opinião, deve coordenar o processo sucessório”. E foi além, quando lhe perguntaram: “Presidente, o PDS está dividido. Não acha melhor unilo?” S. Exª respondeu, peremptoriamente: “Não é o PDS que nós precisamos unir. Precisamos unir a Nação. A Nação precisa urgentemente de medidas transformadoras. A situação do Brasil não pode esperar para mais tarde, para amanhã. A questão do País é mudanças agora, e já”. E o repórter, então, perguntou ao ilustre Presidente do PDS: “Então, V. Exª é a favor das eleições diretas?”

Acho que quem vai dar eleições indiretas dentro do PDS, dá eleição direta para o povo; a única forma, simplíssima de unir a Nação é eleição “Diretas, Já” e esta é a fórmula hábil e competente de unir a Nação em todos os sentidos.

Sr. Presidente e nobres Srs. Congressistas, estão se complicando as fórmulas, porque querem. E querem levar este País a uma guerra civil, que já está se desenvolvendo **pari passu**. São os movimentos de massa, são as organizações sindicais, o povo nas ruas querendo eleições “Diretas, já” e não abrem mão desse postulado, porque entendem que o Brasil precisa escolher o seu representante com independência e com autonomia.

De maneira que, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Presidente do PDS respondeu claramente quando o repórter lhe perguntou “Será que os candidatos Mário Andreazza, Paulo Maluf, irão unir a Nação? Irão trazer o consenso nacional?” Absolutamente! Estes dois cidadãos são rejeitados integralmente pela Nação.

“Então é preciso trazer a Oposição para o acerto, para o consenso nacional?” Esse é importante. A oposição precisa participar deste consenso nacional. Sem a participação da Oposição na escolha do futuro Presidente da República, não terá sentido nenhum a eleição para Presidente da República — palavras do próprio Presidente do PDS.

Há poucos dias o Presidente Figueiredo dizia, numa entrevista, que “O Sr. Paulo Maluf ganharia no partido, mas perderia no Colégio Eleitoral”. Disse isso para um Deputado desta Casa que mais tarde foi contrariado.

O povo, no lançamento do Presidente da Câmara dos Deputados à vice-presidência da República, em Fortaleza, do lado de fora do muro, enquanto eles se locupletaram em lauto jantar, o povo lá fora gritava: “Diretas — já! Um, dois, três, Maluf no xadrez”. A imprensa nacional e a imprensa internacional registraram este fato. Os levantamentos de opiniões por toda parte comprovam sobejamente que Paulo Maluf é um blefe à Nação, é uma provocação à Nação, é um anticandidato, é um antipovo. Este candidato, com todo o nosso respeito, a esta altura dos acontecimentos, para o bem do País, já deveria colocar a mão na sua consciência e ter dito: “Já que consegui rachar o meu Partido, derrubei o seu Presidente, que é membro da Academia Nacional de Letras do meu País, um homem respeitável, o Senador José Sarney; já que derrubei o outro Presidente do meu Partido, o Senador Jorge Bornhausen; já que derrubei o vice-Presidente da República, um homem vertical, um homem que a Nação toda respeita, pelo trabalho que desenvolveu na cabeça da Nação, assumindo o cargo de Presidente da República, a esta altura do jogo sou efetivamente um instrumento a serviço da destruição da nossa Pátria”.

A classe política, os homens de bom senso não podem, de maneira nenhuma, cochilar nesta hora e se emocionar. O momento é emocionante, mas não pode ser decisão emocional; tem que ser decisão racional, calculista, lógica, examinando o contexto nacional. É o povo pedindo eleição direta, porque não aguenta o regime de opressão, não aguenta o regime de miséria, não aguenta o regime de exploração dos banqueiros internacionais, dos exploradores internacionais, que se acotovelaram neste País e estão desgraçando 130 milhões de brasileiros.

Sr. Presidente, o momento é deveras aflitivo, duro, mas transformador. As Oposições nesta Casa, temos certeza, irão usar de todos os expedientes possíveis para que reine neste País a paz que encontramos nos comícios das praças públicas, a esperança que encontramos no trabalhador brasileiro pedindo eleições “Diretas-Já”. A Oposição brasileira e os segmentos verticais do próprio Partido do Governo irão nesta Casa, amanhã, definir os rumos do nosso País e inteligentemente porque estamos a serviço de uma Nação que pode ser ainda uma das primeiras nações do mundo, apesar de todos os maus brasileiros, de todos os maus políticos, de todos os corruptos, de todos os maus governantes.

Encerro, Sr. Presidente, nobres Srs. Congressistas, dizendo que o nosso Partido está completamente isento do interesse em apresentar candidato. Nós queremos apoiar um candidato que sirva à Nação como um projeto de transformação agora e já, para saciar a mesa do trabalhador vitimada pela exploração e pela vilania deste Governo que está aí.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra a nobre Deputada Lúcia Viveiros.

A SRA. LÚCIA VIVEIROS (PDS — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, leio, para transcrição nos Anais, comentários sobre o lindo país que é a Holanda:

“A Província do Pará

Belém — Domingo, 22 e segunda-feira 23 de janeiro de 1984

Partido alto

EUROPA — VIII

HOLANDA — Países Baixos

Lúcia Daltro de Viveiros

Um holandês resumiu o objetivo nacional de seu país em única frase: “Possuir a Terra onde a Água quer estar”. — Essa é uma realidade na Holanda que vem reorganizando suas fronteiras há muitos anos e essa longa luta com o mar deixou marcas permanentes na maneira de viver dos holandeses, provocando profundas mudanças sociais ao transformar pescadores em fazendeiros, fazendeiros em operários industriais e camponeses em cidadãos urbanos. Boa parte da grande determinação, do “humor”, da “afetação” e mesmo do conservadorismo associados aos holandeses deriva dessa aventura constante enfrentada pela Holanda em sua convivência com a natureza. Se os homens não pudessem alterar a geografia, a Holanda tal como conhecemos hoje não existiria, pois dois quintos do país — contando mais da metade da população e as cidades de Amsterdam, Rotterdam e Haia — estariam sob as águas, não fosse a complexa rede de diques, represas, eclusas e sistemas de bombeamento criada e mantida pelos holandeses; todos eles têm consciência disso mas não se preocupam a não ser quando se lembram de tragédias como a terrível inundação de 1953; essa tarefa de conquistar terras às águas é realizada por especialistas e um povo tenaz; assim, uma das mais extraordinárias conquistas do homem frequentemente passa despercebida aos próprios holandeses. A construção dos chamados “Polders”, que avançam muito abaixo do nível do mar, são pedaços de terra aráveis criados, pelo emprego dos diques imensos e drenagens, onde antes só havia água; o Polder de Wieringermeer, com 20.000 hectares foi drenado em 1930; o Polder do Nordeste, tem 60.000 hectares e foi drenado em 1942. Quando o último dos cinco Polders de IJsselmeer foi terminado em 1978, os holandeses já haviam conquistado mais 180.000 (cento e oitenta mil) hectares de terras ao mar.

Os estrangeiros é que ficam sempre muito impressionados, recorrendo a superlativos para demonstrar sua admiração. Napoleão, diante de 860 moinhos de vento que giravam para manter uma área seca disse: “Nada existe igual”.

Por outro lado a Holanda é um país que apaixonou à primeira vista, grandes cidades, auto-estradas, monumentais edifícios, grande indústria, porto fabuloso são entrecortados por riachos e pontes. É um país de campos verdes, e vacas bem cuidadas, onde o ser humano é respeitado e os velhos amparados. Holandeses, belgas e luxemburgueses sentem-se liasonjeados diante da imagem tradicional que se tem dos Países Baixos em todo o mundo: terras extremamente pitorescas onde as pessoas usam sapatos de madeira (os lindos tamancos holandeses), roupas bordadas e chapéus de renda; onde as tulipas crescem à sombra dos moinhos, a comida é deliciosa e o leite chega às cidades em velhas carruagens; onde os festivais folclóricos trazem o passado de volta às

praças e castelos medievais parecem saídos dos contos de fadas. Contudo, eles prefeririam que seus países fossem vistos como países industriais e dinâmicos, plenamente recuperados da guerra e da perda de um vasto império colonial, e que hoje lideram a Europa na busca de uma unidade política e econômica.

Quanto às razões para que com 22 milhões de habitantes os Países Baixos, Holanda, Bélgica e Luxemburgo, (juntos com apenas 69.000km² de área), apóiem uma Europa unida, são históricas e geográficas pois pelo tamanho de seus territórios, jamais conseguiriam por conta própria um poder militar e econômico suficiente para impedir que Nações mais poderosas lhes impusessem suas vontades. Mas, desde que a Bélgica conquistou sua independência da Holanda em 1830 a língua é o mais sério problema desse grande povo. Não obstante, os funcionários turísticos da Bélgica e de Luxemburgo são talentosos para fazer com que números cada vez maiores de turistas visitem seus países.

A mistura desses povos, inclui na antiguidade os celtas, as tribos germânicas e a civilização romana. A unidade hoje estabelecida foi conseguida, portanto, a despeito da tradição — e não por sua causa.

Muito original são as ruínas do Castelo de Vian-den em Luxemburgo, século XII, construído no Vale de Our. Sóbria e imponente a catedral Dusa-bon domina um bairro central de Bruxelas, a grande capital belga onde o mercado de objetos antigos constitui uma verdadeira tradição ocupando as ruas centrais da cidade e os edifícios do século XVII recordam os requintes da vida barroca.

A Holanda apesar de ser um país, geograficamente pequeno, é muito desenvolvido, limpo, — a recuperação da Holanda é um fenômeno tão impressionante quanto os “milagres econômicos da Alemanha e do Japão” — é o país mais densamente povoado do mundo, com cerca de 14 milhões de habitantes; situada junto ao Mar do Norte na foz de três grandes rios, o Reno, o Mosa e o Escalda, talvez por isso Rotterdam, que se reergueu brilhantemente dos escombros da guerra, possui o porto mais ativo do mundo.

Embora conserve boa parte do seu Casario Medievel Amsterdam, capital da Holanda, é hoje uma das principais metrópoles européias; a Torre das Moedas, é uma das típicas construções em estilo flamengo da bela cidade; as belas cidades da Holanda possuem milhares de edifícios classificados, “monumentos nacionais”.

— Os Países Baixos, possuem figuras destacadas, tanto no passado como no presente: Van Gogh, que expressou os conflitos de sua alma atormentada em telas geniais, Rembrandt, Mondriaan iniciador do abstrato, Vermeer, Steen. O Rijksmuseum em Amsterdam e o Museu de Vangogh, de arquitetura requintada, abrigam famosas obras de arte desses pintores geniais, mundialmente conhecidos; Maeterlinck famoso da poesia ao teatro, Marsman e tantos outros

Amsterdam — Situada na desembocadura do rio Amstel, província da Holanda do Norte, é a capital da Holanda, grande porto e também capital dos Países Baixos, além de grande centro comercial e financeiro. Comprida sobre terrenos pantanosos, possui como toda a Holanda numerosos diques, canais e 70 (setenta) ilhas, que se comunicam através de 500 (quinhentas) Pontes.

Não se sabe, praticamente, nada da história de Amsterdam durante o período pré-histórico e romano. Durante os séculos que se seguiram a feliz posição geográfica da cidade e o duro trabalho de seus habitantes transformaram essa pequena aldeia de pescadores (até o século XIII) em potente cidade;

Amsterdã se transformou então em grande exportadora de diamantes, tabaco, cacau etc... Foi o período áureo da Companhia das Índias Ocidentais e Orientais, da escavação de seus grandes canais e do surgimento de faustosas moradas da aristocracia holandesa. Mais tarde surgiram a Inglaterra e a França que disputaram com a Holanda o domínio dos mares e de grande potência mundial. Amsterdã foi a primeira cidade da Holanda já dominada pelos franceses que se rebelou fundando em 1940 o "Reino Independente" quando foi ocupada pelo exército nazista, se libertando cinco anos depois. Mas, todas essas dificuldades enfrentadas não conseguiram apagar os séculos do predomínio holandês e de Amsterdã. Os canais as pontes as casinhas que o mundo admira, os seus habitantes não permitiram que se perdessem.

Assim, "DAM", com o Monumento da Libertação, é o coração de Amsterdã; praça de forma irregular seu nome significa "Dique", onde os antigos pescadores construíram um dique para proteger suas casas das águas turbulentas do rio.

O Palácio Real é um esplêndido exemplo de classicismo holandês, construído em 1648 com sua base de 13.600 palafitas que foram necessárias para consolidar seus alicerces em pleno lodaçal e substituiu o Palácio Municipal que foi destruído por um incêndio que em 1452 reduziu a cinzas parte da cidade.

Neuwe Kerk é uma basílica maravilhosa no estilo gótico com 14 capelas interiores, onde o púlpito é extraordinária obra de arte barroca, em madeira de Vinckenbrinck. Ali a partir de Guilherme I, são coroados todos os soberanos holandeses. Outro belo edifício é a Central de Correios, do Renascimento holandês, fica em frente ao Palácio Real. "Kalverstraat" é comércio muito freqüentado, (onde um dólar vale 2,5 florins), só para pedestres, se torna agradável passeio.

Orphanage, é bairro típico onde só se tem acesso através de uma "porta" das mais antigas da cidade e onde estão esculpidos versos do poeta Vondel.

Em Rokin, uma das principais ruas da cidade tem como fundo antigas fachadas de casas enegrecidas pelo tempo e foi erguida a estátua à cavalo da jovem rainha Guilhermina, muito querida pelos holandeses.

A belíssima estação central sobre uma ilha artificial é típico exemplo do "renascimento holandês" e diante dela se ergue a imponente igreja de S. Nicolau. Na Avenida Voorburgwal estão as interessantes e típicas casas holandesas de largas janelas com vidros brilhantes. Onde Kerk, é uma bela igreja protestante; Blauwbrug é uma ponte monumental sobre o rio Amstel. Belíssima, ainda, é a Sinagoga Portuguesa; a Rembrandtsplein é ampla praça onde estão os inumeráveis e gostosos cafés, Night Clubs; a famosa Rua dos Marinheiros é típica "zona" da Holanda, onde mulheres seminuas fazem "pose" dentro de vitrinas e fecham as cortinas quando aparece um visitante; (as cenas são, realmente, chocantes). A casa de Anne Frank fica no nº 263 de Prinsengracht, Anne é a autora do famoso diário que abalou o mundo.

Muito belo é o edifício para concertos, o Concertgebouw e Corona, clássico edifício da universidade de linhas severas que é emblema da cidade de Amsterdã como também a Casa dos Espelhos Dourados e Prateados, o aeroporto Schiphol, um dos mais modernos da Europa, retratam os contrastes da Holanda, que é toda encanto!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Nelson Wedekin.

O SR. NELSON WEDEKIN (PMDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas

O Presidente do BNH, Nelson da Matta, fez publicar em vários jornais do País anúncio através do qual quer passar ao público a falsa impressão de que as ações — milhares por todo o Brasil intentadas por mutuários para assegurar o reajuste da prestação do SFH igual ao reajuste do salário, como determina o contrato original, não estão sendo bem sucedidas.

Entre os Estados em que o BNH teria ganhado ações de espécie, estaria, segundo o anúncio, o de Santa Catarina. Não é verdade, o Presidente da Associação dos Mutuários de Santa Catarina, Paulo Estrella, enviou ao presidente do BNH um telegrama no qual solicita que o Sr. Nelson da Matta, quando for ao Estado, no próximo dia 6, traga em suas mãos as cópias das setenças que foram favoráveis ao BNH.

Em Santa Catarina, todas as ações tiveram um desfecho favorável ao pleito judicial dos mutuários. De modo que as assessorias do Presidente do BNH mentiram no episódio e o Sr. Nelson da Matta passou adiante a inverdade.

O objetivo notório do anúncio do BNH é de desmerecer e desestimular ações de mutuários que não aceitam qualquer mudança contratual nos seus planos de SFH. Esses mutuários têm como forma única de continuar pagando o ingresso em juízo, de tal modo a manter a mesma proporção entre seus ganhos mensais e a prestação do BNH.

O Sr. Nelson da Matta e o BNH não têm o direito de desestimular ou mesmo pressionar os mutuários para que não entrem em juízo — esse é um direito fundamental de mutuários e cidadãos.

O BNH não tem como resolver a contradição insanável entre políticas do mesmo Governo, como a salarial, onde se impõe o achatamento e o arrocho à classe trabalhadora e a habitacional, que exige reajustes nas prestações do SFH maiores do que os havidos para os salários.

É mais do que justo, absolutamente lícito e judicioso, que o mutuário busque resolver a contradição e assegurar seus direitos pela via da Justiça.

Todavia, mais do que não ter o direito de gastar dinheiro do BNH com anúncios, que tem o sentido de desacreditar o caminho judicial, o que o Presidente do BNH não pode, nem tem o direito, e aí se equivocou redondamente, é transmitir informações falsa sobre o andamento das ações judiciais.

Desta tribuna, também apreciaria que o BNH se manifestasse sobre as ações que teria ganho no meu Estado. Que tipo de ações? Em que Comarca correram? Quais foram as partes? Quais os teores das sentenças? Do contrário, o Sr. Nelson da Matta nem encaminha solução dos graves problemas das relações entre mutuários e BNH e ainda passa por mentiroso.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Está esgotado o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

Foi encaminhada à Presidência proposta de emenda à Constituição versando sobre matéria análoga à da Proposta nº 46, de 1984, já em tramitação.

Nos termos do § 5º do art. 124 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, segundo subsidiário do Regimento Comum, a Presidência determina a anexação, à proposta em andamento, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 1984, que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, de 1984

Modifica a redação do item II do § 3º do art. 176 da Constituição Federal.

As mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 49 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda Constitucional:

Artigo único O item II do § 3º do artigo 176 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"II — a educação é obrigatória para todos, de três meses a quatorze anos e gratuita nos estabelecimentos oficiais, que para esse fim manterão:

- a) creches, para crianças de três meses a três anos;
- b) jardins de infância, para crianças de quatro a seis anos; e
- c) educação de 1º grau, para crianças de sete a quatorze anos;

Justificação

A educação obrigatória e universal foi estabelecida em Genebra, em 1536. Em Massachusetts, a educação primária gratuita é obrigatória foi introduzida em 1647.

Frederico Guilherme I da Prússia tornou a educação primária obrigatória em 1717 e uma série de decretos régios, de Luís XIV e XV, instituiu a freqüência escolar regular na França. Na Inglaterra, a educação primária, gratuita, obrigatória e universal, se iniciou com o "Education Act", promulgado em 1870.

No Brasil, somente a partir de 1934, a Constituição Federal estabeleceu a obrigatoriedade do ensino primário — art. 150, parágrafo único, letra a:

"O ensino primário integral gratuito é de freqüência obrigatória extensivo aos adultos."

Atualmente, o art. 176 da Constituição Federal estabelece que "a educação, inspirada no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e solidariedade humana, é **direito** de todos e **dever** do Estado, e será dada no lar e na escola." (os grifos são nossos).

O § 3º, inciso II, do mesmo artigo dispõe:

"O ensino primário é **obrigatório** para todos, dos sete aos quatorze anos, e **gratuito** nos estabelecimentos oficiais."

Nos termos constitucionais, pois, a educação é **direito** de todos e **dever** do Estado.

A esse **direito** faz jus, hoje, qualquer criatura humana, e o **dever** do Estado está presente em quase todas as Constituições do Mundo.

O direito à educação está contemplado na Declaração Universal dos Direitos do Homem, promulgada pela Assembleia Geral das Nações Unidas — ONU — em 1948.

Proclama a Declaração, como ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, que cada indivíduo e cada órgão da sociedade se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efeitos, tanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição

Preceituam, respectivamente, os arts. 25 e 26 da Declaração Universal dos Direitos do Homem:

"Art. 25 Todo homem tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua

família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

2 — A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social.

Art. 26. Todo homem tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, sendo esta baseada no mérito"

A medida proposta na presente Emenda ao texto Constitucional amplia a faixa de atendimento obrigatório a gratuito nos estabelecimentos oficiais, passando dos 7 anos aos 14 anos para de zero a 14 anos.

As creches, para atendimento de crianças de zero a 3 anos, e os jardins de infância, para as de 4 a 6 anos, objetivam proporcionar às famílias, cujas mães são forçadas ao trabalho fora do lar, o direito para seus filhos, a um padrão de vida capaz de assegurar-lhes segurança, saúde, bem-estar, inclusive alimentação, cuidados, médicos e os serviços sociais indispensáveis, conforme preceitua o citado art. 25 da Declaração dos Direitos do Homem.

Entendemos que **Educação** é muito mais que ensino, — é a formação integral da pessoa humana, pelo aprendizado dos conhecimentos, pela assistência orientada em seus momentos de carência, pela formação profissional, pelo desenvolvimento das suas potencialidades e segurança no futuro exercício da cidadania.

É esse o direito do indivíduo e o dever do Estado, que se pretende ampliar através da presente proposição.

DEPUTADOS: Irma Passoni — Hermes Zaneti — Raul Ferraz — Harry Amorim — Siegfried Heuser — Eduardo Matarazzo Suplicy — Abdias do Nascimento — José Mendonça de Moraes — Myrthes Bevilacqua — Hélio Manhães — Carlos Vinagre — Jorge Uequet — Mário Juruna — Raymundo Asfora — Sebastião Ataíde — Arnaldo Maciel — Vicente Queiroz — João Herrmann — Milton Figueiredo — Theodorico Ferraço — Domingos Juvenil — Luiz Dulci — Virgildásio de Senna — Renato Cordeiro — Ruben Figueiró — Paulo Mincarone — Jairo Azi — França Teixeira — Ângelo Magalhães — Mendes Botelho — Mendonça Falcão — Ricardo Ribeiro — Nilson Gibson — Afrísio Vieira Lima —

José Penedo — Fernando Bastos — Nelson Costa — Epitácio Bittencourt — João Pagnella — Paulo Melro — Otávio Cesário — Adhemar Ghisi — Paulo Guerra — Manoel Novaes — Egídio Ferreira Lima — Hélio Duque — Salvador Julianelli — José Tavares — Ronaldo Campos — Ailton Soares — Samir Achôa — Francisco Amaral — Moysés Pimentel — Oscar Alves — Osvaldo Nascimento — Plínio Martins — Cunha Bueno — Álvaro Gaudêncio — Geraldo Bulhões — Rubens Ardenghi — Balthazar de Bem e Canto — Theodoro Mendes — José Camargo — Freitas Nobre — Marcelo Gato — Carneiro Arnaud — Jarbas Vasconcelos — Manuel Viana — Carlos Alberto de Carli — José Maria Magalhães — Evandro Ayres de Moura — Francisco Salles — Jonas Pinheiro — Armando Pinheiro — Paulo Lustosa — Francisco Rollemberg — João Rebelo — Herbet Levy — Agnaldo Timóteo — Orlando Bezerra — Manoel Gonçalves — Antônio Osório — Celso Peçanha — Joacil Pereira — Guido Moesch — Lúcio Alcântara — Sérgio Philomeno — Santinho Furtado — Hamilton Xavier — José Lourenço — Mansueto de Lavor — Arthur Virgílio Neto — Denisar Arneiro — Jorge Carone — José Ulisses — Mário Assad — Antônio Amaral — Djalma Falcão — Flávio Bierrenbach — Wall Ferraz — Dionísio Hage — Osvaldo Coelho — Gorgônio Neto — Marcelo Cordeiro — João Gilberto — Amadeu Geara — Ivo Vanderlinde — Pedro Novais — Albérico Cordeiro — Bocayuva Cunha — Nelson Wedekin — Darcy Passos — Sinval Guazzelli — Sérgio Cruz — Marcondes Pereira — Paulo Zarzur — Raimundo Leite — Roberto Rollemberg — Sérgio Ferrara — José Genoíno — Bete Mendes — Ademir Andrade — Clemir Ramos — Orestes Muniz — Francisco Dias — Sarney Filho — Gastone Righi — Cássio Gonçalves — Roberto Freire — Mação Tadano — Edme Tavares — Nasser Almeida — Márcio Santilli — Aníbal Teixeira — Luiz Baptista — Aldo Arantes — Tobias Alves — Djalma Bom — Walter Casanova — Ruy Côdo — Márcio Braga — Dêlio dos Santos — José Eudes — Domingos Leonelli — Elquisson Soares — Roberto Jefferson — Júnia Marise — Wilson Vaz — Siqueira Campos — Doreto Campanari — Cristina Tavares — Jorge Cury — Nadyr Rossetti — Dante de Oliveira — João Cunha — Del Bosco Amaral — Haroldo Lima — Euclides Scalco — Estevam Galvão — Amaury Müller — Cardoso Alves — Tidei de Lima — Alberto Goldman.

SENADORES: Fábio Lucena — José Fragelli — Lourival Baptista — Henrique Santillo — Itamar Franco — Severo Gomes — Marcelo Miranda — Mário Maia — Fernando Henrique Cardoso — José Ignácio

Ferreira — Derval de Paiva — Odacir Soares — Roberto Saturnino — Almir Pinto — Humberto Lucena — João Calmon — Raimundo Parente — Milton Cabral — Álvaro Dias — Pedro Simon — Nelson Carneiro — Carlos Chiarelli — Gastão Müller

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — A proposição lida será encaminhada à comissão anteriormente designada para emitir parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 1984.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Esgotado o prazo estabelecido no § 1º do art. 55 da Constituição, para apreciação, pelo Congresso Nacional, dos Decretos-leis nºs 2.081 e 2.085, de 1983, sem ter havido deliberação, os Projetos de Decreto Legislativo nºs 10 e 16, de 1984-CN, a eles referentes, foram incluídos em Ordem do Dia, em 10 sessões subsequentes, em dias sucessivos, conforme determina o citado dispositivo, **in fine**.

Cumprida a exigência constitucional sem que sobre a matéria o Congresso haja se manifestado, os textos dos decretos-leis são considerados aprovados (Const., art. 55, § 1º, **in fine**, combinado com art. 51, §3º, **in fine**), ficando, em consequência, prejudicado os Projetos de Decreto Legislativo nºs 10 e 16, de 1984-CN.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, neste plenário, destinada à apreciação da Mensagem nº 45, de 1984-CN, referente ao Decreto-lei nº 2.097, de 1983.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº28, de 1984-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 36, de 1984-CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 2.096, de 27 de dezembro de 1983, que reajusta os atuais valores de vencimentos e proventos dos servidores da Secretaria Geral do Tribunal de Contas da União, e dá outras providências

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Não há número regimental para votação da matéria, em consequência, deixa de ser procedida

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 17 minutos)

Ata da 176ª Sessão Conjunta, em 26 de junho de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Lomanto Júnior

ÀS 19 HORAS E 10 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevair Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Claudionor Roriz — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Cid

Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Gastão Müller — José Fragelli — Marcelo Miranda — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB, Nasser Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB, Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arlindo Pôrto — PMDB; Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza —

PDS; Randolfo Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Carlos Vinagre — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Ronald Campos — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Chagas Vasconcelos — PMDB; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Ara-ripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; João Faustino — PDS.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; Raymundo Asfóra — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; José Jorge — PDS; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavoura — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB.

Alagoas

Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; Nelson Costa — PDS; Sérgio Moreira — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Prisco Viana — PDS; Raul Ferraz — PMDB; Ruy Bacelar — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS; Theodorico Ferraço — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Aloysio Teixeira — PMDB; Alvaro Valle — PDS; Arildo Teles — PDT; Bocayuva Cunha — PDT, Brandão Monteiro — PDT, Celso Peçanha — PTB; Clemir Ramos — PDT; Darcílio Ayres — PDS; Denisar Arneiro — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Jacques D'Ornellas — PDT; José Eudes — PT, José Frejat — PDT; Márcio Braga — PMDB; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sergio Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Bonifácio de Andrada — PDS, Carlos Eloy — PDS; Cássio Gonçalves — PMDB; Castejon Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Emílio Gallo — PDS; Emílio Haddad — PDS, Fued Dib — PMDB, Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS, Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Herculino — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Maria Magalhães — PMDB; José Ulisses — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS, Navarro Vieira Filho — PDS; Nylton Velloso — PDS; Oswaldo Murta — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Soares — PT; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Estevam Galvão — PDS; Farabulini Júnior — PTB; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Irma Passoni — PT; João Herrmann Neto — PMDB; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Octacílio de Almeida — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Roberto Rollemberg — PMDB; Salvador Julianelli — PDS; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Ibsen de Castro — PDS;

Iram Saraiva — PMDB, Iturival Nascimento — PMDB; Jaime Câmara — PDS; João Divino — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Cristino Cortes — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Ary Kffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Italo Conti — PDS; Luiz Antônio Fayet — PDS; Norton Macedo — PDS; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Loures Bueno — PMDB; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS, Casildo Maldaner — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Evaldo Amaral — PDS; João Paganella — PDS; Odilon Salmoria — PMDB; Pedro Colin — PDS; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Darcy Pozza — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; José Fogaça — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Matheus Schimidt — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT, Rosa Flores — PMDB; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Geovani Borges — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — As listas de presença acusam o comparecimento de 60 Srs. Senadores e 281 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 9 horas, neste plenário, destinada à discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 1984, que altera, acrescenta e suprime dispositivos da Constituição Federal, e das Propostas de Emenda à Constituição nºs 13 a 28, de 1984, que com ela tramitam.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Há oradores inscritos para o período de breves comunicações. Concedo a palavra ao nobre Deputado Marcondes Pereira.

O SR. MARCONDES PEREIRA (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Ontem, comentamos aqui o discurso do Vice-Presidente da República, declarando que o Presidente da República não seria igual a ele, porque não poderia olhar, de frente, seus concidadãos.

Hoje, trazemos outra preocupação. O Governador do Rio Grande do Sul faz uma declaração: se abusarem S. Exª dar as propostas que recebeu de Paulo Maluf para apoiá-lo.

Esse Governador está na obrigação de trazer ao conhecimento nacional, à opinião pública deste País, quais foram as propostas que recebeu para dar apoio ao Sr. Paulo Maluf.

É lamentável que isso esteja acontecendo neste País. Um Governador é aliciado através de propostas e está pronto a dizer que propostas foram essas. E estamos nesta tribuna para cobrar do Governador do Rio Grande do Sul, o gaúcho, para vir aqui e dizer, com toda a sua coragem, quais foram essas propostas. Se elas foram desonestas, então temos necessidade de mostrar ao povo de que forma Paulo Maluf quer chegar à Presidência da República. Ou então o Governador veio, levemente, aos jornais para fazer uma declaração desse teor.

É muito sério, Srs. Deputados, Srs. Senadores, uma declaração nesses termos. É muito séria! Não podemos aceitar isso de braços cruzados. Um governador aliciado de uma forma que não podemos concordar. Portanto, fica aqui nosso apelo para que o Governador do Rio Grande do Sul venha traduzir à Nação quais foram essas propostas que S. Exª recebeu, para apoiar Paulo Maluf. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jackson Barreto.

O SR. JACKSON BARRETO (PMDB — SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Trago ao conhecimento desta casa um telegrama que enviamos ao Ministro Jarbas Passarinho, atendendo a um apelo da Direção da Fundação de Beneficiência e Hospital de Cirurgia de Aracaju, apelo vazado nos seguintes termos:

DESTINATÁRIO: Exmº Sr. Cel. Jarbas Passarinho-DD Ministro da Previdência Social — Ministério da Previdência Social — Esplanada dos Ministérios.

CIDADE: Brasília **Estado:** DF

Apelo Sr. Ministro sentido atender reivindicações contidas documento Federação Brasileira de Hospitais que atende interesses diretos pacientes previdenciários todo país. O pedido da correção à base do INPC da defasagem das diárias et taxas hospitalares de janeiro a julho para o reajuste, e a convocação urgente da Comissão Permanente de Recursos para a Saúde, órgão criado para indicar recursos para a Assistência Médica e que até agora está sem funcionar et o mínimo desejável para o Ministério resolver o grave problema da falta de recursos para atendimento da clientela INAMPS. O não atendimento dessas reivindicações trará dificuldades para continuar funcionando velhos et tradicionais hospitais que tem grandes serviços prestados nas suas comunidades tal como a Fundação de Beneficiência Hospital de Cirurgia localizado em Aracaju. Cordialmente Jackson Barrêto Dep. Federal.

Sr. Presidente este é o assunto que trago a esta sessão do Congresso, pois entendo ser de nossa responsabilidade atender ao apelo, não somente do Hospital de Cirurgia, mas da Federação Brasileira de Hospitais, num movimento justo e reivindicatório ao Sr. Ministro da Previdência Social. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Carlos Teixeira.

O SR. JOSÉ CARLOS TEIXEIRA (PMDB — SE. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente:

Solicito de V. Exª transcrever, nos Anais da Casa, documento que trata do 112º aniversário da Associação Comercial de Sergipe.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JOSÉ CARLOS TEIXEIRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

No discurso com que saudou a passagem do 112º aniversário da Associação Comercial de Sergipe e os homenageados na solenidade, Murilo Dantas, Gentil Barbosa e José Figueiredo que receberam, respectivamente, a Medalha “Antônio Martins” e os títulos “Empresário do Ano” e “Homem Público do Ano”, o Diretor Humberto Teles Barreto, falando oficialmente em nome do órgão empresarial fez um histórico da entidade centenária, indicando sua trajetória de liderança na vida empresarial do Estado e dizendo que ela continua hoje ainda mais vigorosa. De cada homenageado o orador traçou um perfil sintético da atuação que lhe merece a honraria concedida na data genética da instituição.

Liderança Histórica

Chamando a atenção para a vocação de liderança da ACS na vida sergipana, o Sr. Humberto Barreto, nos primeiros momentos do seu discurso destacou: “Logo nos seus primeiros anos, participou (a ACS) ativamente no incentivo à criação do movimento maçônico em Sergipe, como forma de organizar a nossa sociedade para a prática de idéias progressistas no campo social, político, democrático e econômico, pregadas pela maçonaria”.

E acrescentou: “Em seguida várias campanhas se desenvolveram com a participação do nosso órgão empresarial, dentre elas destacando-se a intensificação da nossa produção e comércio do açúcar, a organização de uma linha de vapores entre Aracaju e Liverpool, na Inglaterra, para nos libertar da tutela de Estados vizinhos, nas ligações com o comércio estrangeiro, e a criação efetiva do nosso porto de mar, pelo que ainda hoje lutamos, sem nunca esmorecer”.

Destacou, ainda, o papel saliente desempenhado pela ACS, desde os seus primórdios em defesa do comércio sergipano, contra os excessos do fisco “quer pela tributação extorsiva, quer pela ação atrabiliária de alguns agentes fiscais”, citando caso ocorrido no início do século, quando um inspetor da Alfândega de Aracaju adotou um sistema de fiscalização iníquo que onerava e entravava as operações de desembarque de mercadorias do nosso porto, prejudicando os comerciantes e o próprio abastecimento do comércio local”.

Graças à sua ação enérgica, a ACS conseguiu eliminar o abuso, com a interferência direta do Presidente do Estado, General Siqueira de Menezes que, inclusive afastou do cargo o Inspetor arbitrário.

O discurso citou ainda outras atuações históricas da ACS, nas primeiras décadas deste século, como a interferência da entidade, para regular o abastecimento local de farinha de mandioca — produto básico da alimentação do nosso povo que estava escasseando por excessiva exportação e tendo o seu preço elevado a limites insuportáveis para os consumidores, e a colaboração da entidade numa campanha social de assistência às vítimas de uma epidemia provocada pela I Guerra Mundial.

“Não vamos aqui, meus senhores — disse o orador — alinhar todas as importantes ações da nossa Associação ao longo de sua história, porque não haveria tempo para isto e citamos apenas algumas para mostrar como se firmou a nossa trajetória e o nosso prestígio, na comunidade sergipana”

Ação cada vez mais vigorosa

“Tão boa foi a semente plantada — disse o Sr. Humberto Barreto — que hoje estamos aqui, os empresários desta geração, para comemorar a passagem dos 112 anos desta vitoriosa caminhada”, “E vemos com alegria — continuou — que não se trata de comemorar o aniversário de uma instituição que vivesse hoje somente de suas tradições e que tivesse chegado a esta idade propecta apenas como um testemunho de um passado de empresários de visão esclarecida, mas que agora já se achasse decadente, sentindo esgotada a sua missão, no tempo.”

“Nada disto ocorre. Ao contrário, o que mais nos alegra é ver nossa Associação que surgiu com a finalidade de ser órgão representativo de uma classe dinâmica e empreendedora e de ser fator do incentivo para essa classe continuar cada vez mais vigorosa e renovada na sua função de liderança”.

Luta Contínua

“Basta ver que a nossa bandeira de luta continua erguida em favor do desenvolvimento das nossas riquezas — disse o orador — nunca faltando a nossa palavra através de memoriais ou de outros meios adequados junto aos governos, às autoridades e às outras entidades irmãs, para fixar a posição dos empresários nas diversas causas e problemas.”

Disse mais: “Continuamos com a nossa luta pelo porto de Sergipe, até que ele seja uma realidade. Continuamos com a nossa luta por uma política econômica que melhor atenda aos interesses do empresariado nacional; contra a recessão, os juros altos, a tributação sufocante das atividades econômicas, a corrupção e as mordomias na administração pública, que dilapidam os recursos arrecadados”.

Continuamos a nossa luta em favor do crescimento da renda do nosso povo, do pleno emprego e de salários justos para os trabalhadores, o que só favorece o desenvolvimento”.

“Continua a nossa luta pela união cada vez maior da classe empresarial sergipana, para o seu fortalecimento e para que ela possa influir nas grandes decisões do Estado, visto ser ela um dos principais sustentáculos da economia estadual”.

Perfis dos Homenageados

Na Segunda parte do seu discurso, o representante da Associação Comercial de Sergipe, traçou os perfis dos homenageados, com uma síntese dos dados biográficos relacionados com a vida empresarial de cada um deles.

Com referência a Murilo Dantas agraciano com a mais alta honraria, a Medalha “Antônio Martins” o orador depois de ressaltar o espírito desbravador empresário que começou em 1950 como bancário e é hoje o organizador de um dos mais modernos complexos agroindustrial do país, a NUTRIAL Agroindústrias Reunidas S.A., responsável por 400 empregados diretos e cerca de 2.000 indiretos, frisou:

Por esta notável demonstração de capacidade empreendedora, audácia e amor ao progresso, Murilo Dantas representa, de veras, um dos altos paradigmas do empresário sergipano, tornando-se altamente merecedor da Comenda “Antônio Martins”.

que a Associação Comercial de Sergipe com muito orgulho lhe concede”

Com relação a Gentil Barbosa, o porta voz da ACS destacou a trajetória de um anônimo comerciante que veio de Itabaiana para Aracaju em 1949, estabelecendo-se por conta própria com um modesto armazém em 1953 e daí galgando com extraordinária tenacidade, posições cada vez mais altas em nosso comércio, até tornar-se hoje no presidente da cadeia de supermercados G. Barbosa & Cia. Ltda., com 24 lojas distribuídas no Estado de Sergipe, já penetrando também nos Estados da Bahia e Alagoas, uma formidável Central de Abastecimento, um Centro de Administração com áreas de treinamento, lazer e assistência para os empregados, que se elevam a cerca de 2.000 e com uma folha de pagamento de pessoal que em 1983 atingiu cerca de 1 bilhão e 600 milhões de cruzeiros.

Esta organização contribuiu em 1983 com 1 bilhão e 645 milhões de cruzeiros de ICM para o Estado, 440 milhões de cruzeiros para as rendas federais e 793 milhões de cruzeiros para o IAPAS, PIS, FGTS E FINSOCIAL.

“Estas cifras — declarou Humberto Barreto em seu discurso, referindo-se a Gentil Barbosa — dizem bem o significado desta empresa sergipana, fundada e desenvolvida por este gigante vindo do interior do Estado e que hoje representa uma glória do empresárioado brasileiro”.

Finalmente referindo-se a José Figueiredo, o porta voz da Associação Comercial exaltou o empresário que, levado à direção de uma empresa pública — o Banco do Estado de Sergipe — revelou, aliado ao seu tirocínio comercial, a plena consciência do homem público atento aos problemas do desenvolvimento do Estado, aplicado os recursos de sua entidade, sem perda de sua reprodutividade econômica, em investimentos capazes de melhorar a qualidade de vida do nosso povo.

“Mas — disse ainda o orador — o que a Associação Comercial quis distribuir em José Figueiredo, não foi só a sua sensibilidade para os setores entregues à sua cooperação, pelo Governo do Estado, do qual o BANESE é valioso instrumento. Também queremos destacar, sobretudo a sua rigorosa honestidade, a sua probidade no gerenciamento dos dinheiros destinados à causa pública”.

E mais adiante: “Numa época de corrupção e de aproveitamento de mordomias decorrentes do poder e dos recursos do Estado, a conduta de José Figueiredo coloca-se como exemplo digno de exaltação”

Finalmente, no encerramento do seu discurso o empresário Humberto Barreto invocou a memória dos fundadores da ACS “como um preito de profundo respeito”, dizendo que eles criaram uma instrução admirável para todas as gerações, merecendo ser por elas sempre conservada e prestigiada

Era o que tinha a dizer Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Carneiro Arnaud.

O SR. CARNEIRO ARNAUD (PMDB — PB. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a correção das diárias hospitalares, tomando por base o INPC, é um imperativo categórico da situação atual, quando a assistência médico-sanitária pode entrar em colapso, se os serviços prestados não receberem a paga justa e conveniente.

Principalmente no Nordeste, onde a situação sanitária é das piores, com o maior índice de mortalidade infantil do País, maior incidência de doenças infecto-contagiosas e endemias rurais, exige-se essa atualização, a menos que

se pretenda a ver a população carente abandonada de qualquer cuidado médico-hospitalar.

No sentido dessa atualização, temos recebido insistentes apelos, destacando-se, entre os que nos enviaram telegramas — talvez pela nossa condição de médico e ex-dirigente hospitalar — dentre outros, de Dr. Ermano Targino, diretor do Hospital Antônio Targino, de Campina Grande; Dr. Aloísio Fernandes, diretor do Hospital Ana Costa, de Santos — SP; do Dr. David Delphino Corretalazzi, Presidente da Associação de Hospitais do Piauí, de Teresina; do Dr. Danilo Lira Maciel, Presidente da Associação Paraibana de Hospitais; da Irmã Augusta, da Fundação Flávio Ribeiro, em Santa Rita, na Paraíba; do Dr. Eduardo Cunha, do Hospital São Luiz, em João Pessoa; do Dr. José Marcos de Lima, diretor-administrativo da Clínica e Pronto Socorro Infantil de Campina Grande.

Trata-se de um pleito defendido pela Federação Brasileira de Hospitais, com apoio em todo o País.

Diante dessa justíssima solicitação, endereçamos aos Ministros do Planejamento e da Previdência e Assistência Social, o seguinte telegrama:

“Atendendo aos apelos formulados pelos dirigentes hospitalares paraibanos, solicitamos a Vossa Excelência a máxima compreensão, no sentido de atender ao pleito da Federação Brasileira de Hospitais, reajustando, a partir de primeiro de julho do corrente ano, os preços das diárias hospitalares, à base do INPC de janeiro a junho de 1984. Convicto de que Vossa Excelência terá grande sensibilidade para o merecido pleito da rede hospitalar de nosso País, antecipo meus agradecimentos.”

Na verdade, o INPC tem sido o módulo mais utilizado para a correção tanto de salários como de serviços. Não se trata, portanto, de aumento, mas de restauração dos preços, compensados da desvalorização da moeda. Espera-se, conseqüentemente, que as diárias hospitalares remunerem os serviços na mesma proporção da variação do INPC de janeiro a junho deste ano, vigorando a partir de 1º de julho.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Solicito aos Srs. Deputados que, ao se inscreverem para o debate de amanhã, declarem sua posição, se contrária ou a favor, para melhor facilitar a discussão dos oradores.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Farabulini Júnior.

O SR. FARABULINI JÚNIOR (PTB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Desejo trazer a palavra dos trabalhadores da indústria de alimentos de Santa Rosa do Viterbo, Estado de São Paulo. Eis que esses trabalhadores e os demais sindicatos da região vêm-se a braços com o problema sério do enquadramento sindical.

Sabe-se, Sr. Presidente e nobres Srs. Congressistas, que a Comissão de Enquadramento Sindical do Ministério do Trabalho é realmente constituída por homens de boa vontade, representantes de vários setores da atividade econômica e de trabalhadores. Ocorre que a morosidade das decisões da Comissão leva a problemas sérios, como é o caso que enfoco, neste instante. É que as indústrias de alimentos pretendem que os trabalhadores operantes da área rural, isto é, os cortadores de cana, sejam tratados pelas leis vigentes que atendem aos trabalhadores rurais e somente isto para o fim especial de se tranquilizarem no caixa, que é deles, pagarem menos para assistência previdenciária, e pondo em risco milhares de trabalhadores que, na verdade, precisam ser enquadrados como os de indústria porque, aí sim, eles terão atenções melhores, atenções maiores. O legislador até

aqui, infelizmente, atendeu com diferenças até absurdas, que cumpre verificar e refazer. Tratam diferentemente as leis dos trabalhadores da indústria, propriamente dita, e dos trabalhadores rurais.

É preciso que o legislador atente para a igualdade, para que uns e outros sejam tratados igualmente. Nesse sentido já há inúmeros projetos nesta Casa. Enquanto esses projetos, entretanto, não vicegem, Sr. Presidente, tenho feito vários apelos ao Sr. Ministro, para que S. Ex^a examine, através da Comissão de Enquadramento Sindical, a compatibilidade dos trabalhadores rurais que trabalham na indústria de alimentos, para que sejam tratados como se fossem propriamente da indústria.

É essa a ponderação, Srs. Congressistas, que cumpre fazer, cumpre salientar, e aí cumpre exigir que a Comissão de Enquadramento seja mais célere, mais ágil e mais ativa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Sr. Deputado Paulo Lustosa.

O SR. PAULO LUSTOSA (PDS — CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Esta Casa vive a antevéspera de uma decisão que pode mudar os destinos deste País, pode permitir acalmar os ânimos nacionais e restabelecer a identidade perdida da Nação brasileira. Amanhã, começaremos a discutir a Emenda Constitucional nº 11, que permitirá, através da atitude digna e responsável dos Congressistas desta Casa, o restabelecimento pleno do inalienável direito da sociedade brasileira de cometer seus próprios erros e buscar seus próprios caminhos.

Independentemente de todas as manobras, independentemente de todas as manipulações, independentemente de todas as ameaças daqueles que buscam criar o pânico, nesta Casa, nos momentos que antecedem essa votação, ela ocorrerá mansa e pacificamente, sem ser tumultuada pelos interesses personalíssimos de uns, e pela preocupação de outros, de serem apenas agradáveis ao Poder Central.

Na verdade, nesta tarde, os profetas do Apocalipse, os arautos da crise espalharam por esta Casa o pânico, um terrorismo barato de que, provavelmente, Sua Excelência o Senhor Presidente Figueiredo tomaria a decisão de retirar a emenda Constitucional e dessa forma, mais uma vez, frustrar toda a sociedade brasileira.

Não acredito, não admito e não aceito que, sob qualquer pretexto ou qualquer hipótese, venha Sua Excelência retirar essa emenda do Congresso Nacional, porque em assim fazendo estará praticando ou, diria melhor, estará Sua Excelência estimulando e aumentando as dissenções internas, gerando fissuras maiores neste arcabouço político institucional, já bastante alterado e fracionado pelos vários conflitos, pelo próprio distanciamento da classe política, das legítimas aspirações da sociedade brasileira. Ademais, creio eu que Sua Excelência assim não faria, e porquanto tenho a convicção quase plena de que aqueles que votaram nas eleições diretas, quando da Emenda Dante de Oliveira, e o número adicional que deverá ampliar e garantir sua aprovação amanhã, que já ascende a mais de oitenta Parlamentares do meu Partido, esses homens, bem como aqueles que fazem a Frente Liberal, terão a obrigação moral perante a Nação, de garantir à sociedade brasileira que nenhum cidadão que não represente o figurino maior das aspirações nacionais, os valores mais caros que a dignidade nacional está a exigir, nenhum cidadão que não disponha do mínimo de respaldo e respeito popular, venha a assumir os destinos deste País.

Fica, portanto, o compromisso daqueles que fazem a Frente Liberal, caso haja essa hipótese extremamente remota — digo eu — de vir Sua Excelência retirar a emenda, ficamos nós moralmente comprometidos perante

nosso hoje e nossos pósteros, no sentido de não permitir que qualquer decisão ilegítima, a partir de convenções viciadas e de um Colégio Eleitoral discutível, não receba os "santos óleos" do respaldo e do respeito populares.

Portanto, fica aqui o apelo à Frente Liberal, que tem um compromisso histórico neste momento, que tem um papel mais significativo no que diz respeito à guarda a representar a depositária das esperanças nacionais maiores, que esta Frente Liberal assumia consigo mesmo esse compromisso de fazer prevalecer, amanhã, a vontade nacional maior, autorizando a Nação a realizar eleições diretas para a escolha do seu Primeiro Mandatário. Na hipótese de isso não ocorrer, marcharemos todos unidos em torno de um nome, independentemente de Partidos, que repete a vontade popular, represente a dignidade nacional e atenda aos interesses maiores da sociedade brasileira. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Tive a oportunidade de conhecer o Ministro Antônio Lamarca, recentemente aposentado do Tribunal Superior do Trabalho. Encontrei-me com ele pela primeira vez na década de 1950, em Campinas, minha cidade natal, onde atuava como advogado trabalhista na defesa de sindicatos e operários.

O brilhante jurista Antônio Lamarca deixava, então, de ser Juiz Substituto passando ao cargo titular, e havia sido designado para presidir a Primeira (e única) Junta de Conciliação e Julgamento de Campinas.

Foi lá, nas audiências cotidianas da junta de conciliação, que pude entrar em contato com esse notável advogado, graduado em 1948 pela Faculdade de Direito de São Paulo.

Filho de um casal de imigrantes italianos sem grandes recursos financeiros, é exemplo de homem que se fez pelo próprio esforço, firmando-se como profissional através da sua atuação em audiências e tribunais.

Ingressou na Justiça do Trabalho por concurso público onde alcançou a primeira colocação, e percorreu o trajeto convencional da carreira: começou como Juiz Substituto, passou a presidente de Junta de Conciliação e Julgamento, foi juiz do TRT da 2ª Região, em São Paulo, depois Presidente de Tribunal e posteriormente Ministro do TST.

Dias atrás aposentou-se do Tribunal Superior do Trabalho, recebendo intensas demonstrações de estima e apreço de seus companheiros na solenidade de despedida.

Antônio Lamarca merece que louvemos a sua figura de magistrado e de grande cultor do direito trabalhista. Desejamos, portanto, nos associar às homenagens prestadas a essa extraordinária figura humana, com quem tive o prazer de conviver, e que agora se retira do TST para passar à tribuna, exercitando a advocacia e prosseguindo, assim, na sua trajetória de jurista destacado do Direito do Trabalho. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PMDB — PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Como é de costume, e para não fugir à regra, os boatos de que o Governo retiraria a emenda que leva o nome do Chefe Mator da Nação começaram, repito, como costumemente, ao cair da tarde de hoje. É lamentável, por todos os aspectos, se Sua Excelência, o Presidente da República consumir essa intenção que vem ganhando

corpo por parte dos seguidores de determinadas candidaturas, fazendo-lhes chegar até a euforia.

Se tal gesto for consumado, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, não estará frustrado o desejo do PMDB, do PDT, do PTB, nem do PT, mas o desejo de uma Nação inteira, que através dos Partidos de Oposição com assento na Câmara dos Deputados, acreditaram naquilo que Sua Excelência remeteu a esta Casa.

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, a maior derrota, a maior desmoralização, o maior desgaste, será para o próprio Partido que dá sustentação ao Governo nesta Casa, que teve o direito de escolher o Relator, e foi buscar no Senado Federal, um homem com mais de trinta anos de vida pública, que depois de horas e horas de sono perdido, concluiu seu parecer, sem esperar jamais que tivesse na véspera do grande acontecimento a oportunidade de, mais uma vez, a Nação brasileira poder restabelecer as eleições diretas, tivesse como se diz na gíria popular — "seu tapete tirado".

É lamentável, por todos os títulos, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, que o Governo, como vem sendo anunciado insistentemente, retire essa emenda. Lamentável para os Partidos que têm assento nesta Casa, lamentável para o Chefe da Nação, que, nesse gesto, nessa atitude, recolhe, de uma vez por todas, a mão que tanto cantou aos quatro cantos deste País, de estar estendida ao entendimento e ao diálogo. Mais lamentável, Sr. Presidente, será para a Nação brasileira, que se vê frustrada no desejo de conseguir, amanhã, o restabelecimento das eleições diretas para Presidente da República.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Nelson Wedekin.

O SR. NELSON WEDEKIN (PMDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Este Congresso Nacional está às vésperas de grandes decisões. Pelo menos, é certo que a sociedade brasileira espera deste Parlamento, decisões relevantes, que encaminhem o futuro, e que abram os caminhos para um novo tempo.

Sabemos, desde agora, da enorme complexidade das votações, dos encaminhamentos, dos requerimentos de preferências e destaques. Seria penoso que nos dias que se seguem, a Nação que acompanhará de perto os trabalhos desta Casa, assista apenas a batalha regimental que se travará, que é o adjetivo e o acessório, e não veja o substantivo de sua vontade, a aprovação das diretas-já, como forma de encaminhar as mudanças que ela deseja e reclama.

Se esta Casa refletisse o desejo e o sentimento da Nação, se ateriasse ao essencial, ao que é simples e linear: aprovar (ou não) as diretas.

Reafirmo, desta tribuna, meu convencimento de que, se estamos diante de uma crise sem precedentes, estamos por igual diante de uma solução popular, democrática, de fácil compreensão, que é a eleição direta para a Presidência.

Continuo a acreditar que é razoável a vitória, porque de fora e de dentro do Congresso, aumenta a convicção de que todas as crises — a política, a institucional, a econômica, a moral, e até a crise interna do partido do Governo — só se encaminham para uma resolução através das diretas-já.

As diretas são a forma de legitimar o poder, e de estabelecer uma relação de credibilidade e confiança, entre povo e governantes.

O governante eleito diretamente terá força e autoridade moral para direcionar e implementar as mudanças exigidas.

As decisões fundamentais, como a escolha do governante maior, seriam tomadas com a participação do povo, sujeito da ação política, e agente da História.

Com as diretas, estaria encerrado o ciclo autoritário, e se inauguraria uma nova era e um novo período democrático, que todos desejam definitivo, sem voltas, sem golpes, sem retrocessos.

Voltaria, por igual, a esperança do povo, que vive dificuldades sem conta e sem limite, mas que — pelo mínimo — poderia encarar os horizontes do futuro com alguma certeza de que o *status-quo* não permanecerá como se encontra.

Mais do que a esperança, os brasileiros seriam motivados para uma retomada do esforço construtivo e produtivo, motivação esta que agora falta porque não se consegue ver a luz no fim do túnel.

Há várias, e há todas as razões para aprovar as diretas-já. Há a oportunidade próxima, imediata, isso se pode fazer amanhã ou depois. Está diante de nós a possibilidade de reverter o quadro sombrio, e mudar os rumos do caos e da bancarrota, para o qual parece que caminhamos inexoravelmente.

Poucos, muito poucos, como nós deste Congresso, tem o privilégio de poder redirecionar o país, abrindo as portas para a democracia, para o regime das liberdades públicas, para um futuro de bem-estar para o povo que aqui representamos.

É hora crucial, de esquecer vaidades e ambições, e de voltar nosso pensamento e nossa ação concreta para este sofrido povo brasileiro, tão carente, mas tão admirável que ainda consegue ter forças para se manter de pé e resistir.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, que amanhã e depois, mais do que nunca, assumamos com coragem e ativez nossas responsabilidades e nossas tarefas históricas, neste momento em que é tão cristalino detectar a vontade e o anseio nacional.

Correspondamos ao clamor popular, nesta hora difícil da Pátria! Há muitos pontos importantes em todas as emendas que serão votadas amanhã e depois. Mas há uma que é central, que implica no superior interesse da Nação, que traduz um generalizado, genuíno e profundo desejo de todos os brasileiros: diretas-já, para o bem do País e do povo. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Carlos Fagundes.

O SR. JOSÉ CARLOS FAGUNDES (PDS — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A correção das diárias hospitalares é um imperativo categórico da eficácia da própria assistência médica, principalmente no interior do País, pois os nosocômios não podem trabalhar sem o pagamento de contraprestações que respondam às necessidades de custeio dos seus serviços.

Nesse sentido, temos recebido insistentes reclamações do interior de Minas Gerais, contendo apelos para que os Ministros Jarbas Passarinho e Delfim Netto liberem recursos destinados àquele fim, reclamados pela Federação Brasileira de Hospitais.

A Associação Hospitalar de Juiz de Fora, acompanhando essa reivindicação, salienta que aquela correção precisa ser feita tomando-se como base o INPC, de janeiro a junho, módulo utilizado, recentemente, para atender à correção salarial do funcionalismo da União.

Recebemos, no mesmo sentido, reivindicações do Dr. Olamir Rossini, Dr. João Felício, Dr. Waldyr Abizaid, do Sanatório Vieira Marques e Clínica São Domingos, Dr. Hiram Lopes Rodrigues da Associação Hospitalar de Juiz de Fora; Whady Amaral, do Hospital Bom Pastor, daquela cidade e Dr. Euni Pedro de Oliveira, da Cotrel S/A, Hospital de Acidentados.

Ninguém ignora que a cidade de Juiz de Fora é um dos maiores núcleos urbanos de Minas Gerais, com um dos seus mais antigos e dinâmicos parques fabris, tendo, por isso mesmo, uma população de centenas de milhares de

pessoas na faixa do proletariado, conhecido pela escassez da sua capacidade tributária, fazendo com que a municipalidade não tenha condições de dotá-los, eficientemente, de todos os serviços urbanos, daí a premência médico-hospitalar que atravessa.

Entretanto, mais de uma dezena de estabelecimentos assistenciais e hospitalares buscam preencher, de qualquer maneira, a ausência de recursos municipais suficientes, enquanto a complementação estadual e federal não tem sido satisfatória.

Se continuarem os hospitais Juiz de Foranos a não receber, da assistência médica da Previdência Social, a indispensável correção das taxas atribuídas aos seus serviços, ver-se-ão obrigados a denunciar os respectivos convênios, com perigo, evidente, de cerrarem as suas portas, na ausência de outras fontes de suprimento de recursos.

Esperamos que o Ministro Jarbas Passarinho atenda a esse justo reclamo dos hospitais de Juiz de Fora e que a sua boa vontade não encontre qualquer obstáculo na Secretaria do Planejamento, para que a laboriosa população daquela cidade mineira não se torne vítima da absoluta falta de assistência médica, impossibilitada a Prefeitura de substituir a Previdência Social nessa tarefa.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Dias.

O SR. FRANCISCO DIAS (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Sempre me é gratificante reconhecer o valor e a capacidade de uma pessoa e poder, através da palavra escrita ou falada, levar-lhe o meu reconhecimento e o meu estímulo.

Desde que assumi meu mandato de deputado federal por São Paulo, tive a oportunidade de conhecer, por força de minhas locomoções entre Brasília e a Capital de meu Estado, o gerente da base local da VASP, Sr. Onofre Amado Servo, funcionário da Companhia há mais de 17 anos e guindado à gerência em março de 1983.

O trato afável, a educação, o zelo no desempenho de suas funções, a eficiência na solução dos problemas normais e comuns ao relacionamento entre empresa e usuários, fizeram-me testemunha do trabalho desenvolvido pelo mesmo e, em seguida, transformaram-me em seu admirador.

A continuidade do relacionamento durante quase 14 meses, levaram-me a me interessar pelo desempenho da Companhia aérea paulista na Capital Federal, principalmente porque sabia do esforço com que a gerência local procurara, desde o início de sua gestão, imprimir à Base de Brasília, reclamando e conseguindo lograr, após árdua batalha, sua classificação como "classe especial" e lhe dando o mesmo sentido moralizador que marcava e marca o Governo de Franco Montoro.

Não foi sem muito esforço que logrei o meu intento, pois o gerente da VASP, por ser honesto, discreto e modesto, não me facilitou o acesso aos documentos de que necessitava. No entanto, como dizem os colonistas sociais, em sociedade tudo se sabe. Assim, através de amigos comuns, obtive os dados que procurava.

Esses dados, de suma importância, demonstram o êxito com que o Sr. Onofre Amado Servo se houve na condução da gerência da VASP em Brasília.

Realmente, ao assumir seu posto, ele encontrou-se face a um desafio, qual seja o de mudar uma situação de descalabro que há 11 anos persistia na representação da empresa nesta cidade, onde os desmandos administrativos, a falta de fiscalização, o desperdício, os favores pródigos, o empreguismo e outras irregularidades eram praticados sem qualquer controle.

Incansavelmente, o Sr. Onofre foi trabalhando, procurando por a casa em ordem. Moralizou a administração, acabou com o empreguismo e com os favores descabidos, lutou pela melhoria dos serviços, exigiu eficiência e dedicação de seus subordinados, erradicou os desmandos e as situações irregulares. E, principalmente, aumentou a eficiência operacional e, assim, a participação da VASP no mercado local, enfrentando uma concorrência sem par das demais companhias aéreas que, infelizmente, são bafejadas pelo protecionismo de algumas autoridades do setor.

No sentido de imprimir ao meu pronunciamento uma seqüência lógica, desejo, inicialmente, apontar a concorrência predatória sofrida pela VASP em Brasília. O fato é tão gritantemente anti-VASP que me deixou estarecido.

A VASP é pioneira do percurso Brasília-São Paulo e vice-versa. Sempre foi a empresa preferida pelos usuários desses vôos, por ser eficiente e por oferecer horários convenientes a todos. Ocorre que, não se sabe como, algumas empresas concorrentes obtiveram autorização para operar na mesma linha, e em horários mais vantajosos e mais oportunos que os da VASP.

Assim, o tradicional vôo 231 da VASP que saía às 9,30 hs direto de Brasília para São Paulo, passou a operar às 8,30 hs, via Goiânia, enquanto a TRANSBRA-SIL ganhou um vôo direto, que sai às 7,30 hs. Fato idêntico ocorre com o vôo 253, da VASP, que sai às 19,40 hs, via Goiânia, enquanto outro da TRANSBRA-SIL decola às 19,30 hs. e é direto.

O vôo das 18,00 hs para São Paulo, da companhia paulista, sofre a concorrência do vôo da TRANSBRA-SIL, que sai às 17,30 hs, também direto. O mesmo acontece no horário das 11,45 hs. direto. A TRANSBRA-SIL opera, também direto, com um vôo às 11,00 hs.

Mas não fica aí a concorrência esquisita das demais empresas. Atualmente a TRANSBRA-SIL opera com 3 vôos diários, que saem de Brasília às 22,00 hs. um para Manaus, um para o Rio e outro para Salvador, Aracaju, Maceió e Recife, tendo outro no primeiro minuto do dia para o Rio. A CRUZEIRO DO SUL, também diariamente, tem um vôo que sai às 22,30 hs. para São Luiz. No entanto, a VASP só tem um para Manaus e dois para o Rio, ambos de madrugada e somente 3 vezes por semana.

Essa concorrência, que chamamos predatória, seria, por si só, um motivo sério para uma diminuição substancial no índice de embarque de passageiros pela empresa paulista. E diminuição houve, por certo, mas não de forma que seria de se prever. Realmente, depois de participar, em setembro de 1983, com 46,88% no mercado local de passageiros, a VASP, hoje controla cerca de 43%, com uma perda real de pouco mais de 3%. A diminuição é justificável, devido à concorrência que apontei e, ainda, pelo fato de que, por orientação superior que não me cabe discutir, a empresa fechou 4 lojas e realizou muitas demissões.

De qualquer forma, graças ao empenho, ao dinamismo e ao bom relacionamento do Sr. Onofre Amado Servo, as metas fixadas pela direção da VASP foram cumpridas, e muito bem cumpridas. Basta dizer que no referente à produção — passagem e carga — a Base de Brasília, em maio último, superou em 35,86% as metas fixadas por sua matriz. E no item turismo, apesar de falta de vôos, principalmente noturnos, que gozam de desconto de 30% sobre as tarifas comuns, a produção da Base local atingiu 98,01% do total pretendido por São Paulo.

Pois bem, enquanto o volume da receita aumentava de 35,86%, conforme já me referi, o de despesas manteve-se estável, apesar da inflação asssobstante e incontrolável que aflige o País. No item salários houve até uma redução substancial.

Não será demais salientar que o custo operacional da VASP representava, em janeiro, 10,94% sobre a venda

bruta e 11,53% 10,53% sobre a líquida. Agora, em maio último, o custo caiu para 6,28% e 6,60%, respectivamente. Infelizmente não podemos oferecer dados comparativos com as gerências anteriores, pois elas não deixaram sequer os arquivos a nível gerencial.

A verdade, Sr. Presidente e Srs. Congressistas é que o atual gerente da VASP em Brasília tem agido com proficiência e dinamismo, inclusive oferecendo à direção da Companhia medidas de real alcance e grande objetividade, sempre procurando melhorar, quantitativa e qualitativamente, os serviços oferecidos pela empresa aérea. Ao mesmo tempo denuncia, com coragem indiscutível, e sem qualquer constrangimento, as irregularidades que constata ou descobre.

Há, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, outras provas concretas da preocupação do gerente da VASP em Brasília em elevar ao mais alto nível os serviços que a empresa oferece em Brasília. A exiguidade de tempo não me permite que me alongue mais.

A verdade é que a Base de Brasília está em boas mãos, ocupada por um homem sério e corajoso, que se dedica com afinco ao seu trabalho, sem medir sacrifícios, elevando o nome da VASP em Brasília e, via de consequência, honrando o nosso Estado.

Aliás, o trabalho do gerente local da companhia aérea paulista é reconhecido inclusive pelas autoridades federais e locais, como provam suas condecorações: "Amigo da Marinha", "Mérito de Brasília", em Grau Oficial, "Mérito Tamandaré", e outras, além de votos de louvor que recebeu nas Casas do Congresso Nacional.

Ao prestar minhas homenagens ao Sr. Onofre Amado Servo e, através dele, aos demais funcionários que servem à empresa aqui em Brasília com total dedicação e eficiência, falo em meu nome pessoal. Creio, no entanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que minha opinião será referendada não só por meus colegas parlamentares, paulistas ou não, como por todos os usuários dos serviços da VASP em Brasília.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Denisar Arneiro.

O SR. DENISAR ARNEIRO (PMDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Em 29-5-1984, li desta tribuna o depoimento do Juiz de Direito da Comarca de Barra Mansa-RJ, Dr. Antônio Ciani, em uma carta endereçada ao jornal **O Globo**, que defende como única solução para minorar a avalanche de crimes de mortes que são praticados neste País — a pena de morte. Hoje, volto aqui Sr. Presidente para ler uma entrevista dada pelo Procurador da Justiça do meu Estado, Dr. Mário Portugal Fernandes Pinheiro à **adipol-notícias**, em meados do corrente ano, que aborda assunto semelhante e alinha mais considerações sobre a criminalidade sem a punição necessária que o momento está a exigir. Diz o Procurador da Justiça:

"Não há como se contestar a circunstância de que nos últimos tempos a legislação tem sido muito mais benevolente ou tolerante para com os criminosos, em face de sucessivas e inoportunas alterações, desgraçadamente atentas aos interesses dos meliantes, e não de uma sociedade sofrida e apavorada diante da constância de crimes bárbaros que estão sendo impiedosamente cometidos a todo momento.

Sob esse aspecto, sobressaem-se os resultados em verdade nocivos da denominada Lei Fleury, que está a exigir, de pronto, sem hesitação, modificações profundas ou radicais, na tentativa de se salvar a comunidade da inominável sanha de criminosos frios e totalmente irreversíveis, ainda que se institua a "pena de morte" para hipóteses de excepcional gra-

vidade, já que inconcebível o extermínio sumário dos bandidos. Porque esgotada a paciência, a comunidade tem os seus limites ultrapassados, tornando-se corriqueiros os homicídios e espancamentos dos malfetores por pessoas do povo.

Não será com o afrouxamento da repressão que estarão atenuados os efeitos da delinquência que comodamente se instalou em nosso País.

Com franqueza, permito-me dizer que não apenas a legislação brasileira, mas também a complacência do Poder Judiciário, em não raras ocasiões, vem contribuindo, com grande dose de responsabilidade, para a tristíssima situação a que fomos relegados.

Os criminosos gargalham e zombam das consequências “intimidativas” da pena e isso constitui forte estímulo à criminalidade.

A condição da vítima é esquecida em nome de supostos direitos humanos ou hipócrita política criminal, estando os delinquentes favorecidos a cada instante, através da possibilidade de prestação de fianças, concessões de liberdade provisória, suspensão condicional da pena, prisão-albergue, livramento condicional, benefício de apelar em liberdade de sentenças condenatórias, indultos natalinos até mesmo a criminosos “reincidentes”, enfim, um abusivo “pacote” ou “panamá”, de vantagens, privilégios ou regalias.

As alterações ultimamente introduzidas na legislação pátria, de muito ampliando a viabilidade de tais concessões, com a decantada “humanização” do direito, desservem sobremaneira a própria justiça e clamorosamente violam os interesses comunitários, postergados a plano subalterno.

Tamanha benevolência que ora se observa em nada contribui para reeducar os infratores, cômicos da impunidade ou, no mínimo, dos desarrazoados favores ou benefícios que lhe são legalmente assegurados.

Problemas de superlotação carcerária se resolvem através de grades e tijolos, jamais mediante “esvaziamento das prisões”, sendo preciso especial atenção do Governo, isto sim, prioritariamente, para o desenvolvimento e criação das colônias agrícolas ou similares, e dos institutos de profissionalização, remunerando-se os presos pelo trabalho executado, de caráter compulsório.

Se a legislação permite a punibilidade dos “crimes do colarinho branco”, nem sempre os episódios delituosos chegam ao julgamento da justiça em razão de espúrias “manobras” feitas paralelamente entre os interessados, antes mesmo da instauração de eventual inquérito policial e, em casos de inquérito e denúncia do Ministério Público, as apelidadas “testemunhas de viveiro” exercem influência no sentido de que seja tumultuada a apuração dos fatos, movidas pelo afã de que os envolvidos logrem imerecida absolvição. É sabido que o poder econômico ocupa lugar de realce nos “crimes do colarinho branco”.

A famigerada “prisão-albergue” situa-se entre as piores inovações do legislador pelos gravíssimos malefícios que vêm acarretando e se constitui no mais veemente fator de estímulo à criminalidade (e não de “recuperação”), com a soltura de presos a toda hora, e quando se tem segura ciência do elevado número de “presos albergados”, em infrações penais de extraordinária gravidade. Invariavelmente, denota semelhante circunstância que tais indivíduos não se adaptam ao meio social.

Em elementar respeito a uma sociedade sofrida e apavorada, atônita e indefesa, é absolutamente imprescindível que se ponha imediato paradeiro na

saida desses elementos dos presídios, sob os mais variados e cínicos pretextos. licenças para “visitar a família e ir à sua igreja”, etc. Vários “presos” sequer retornam às penitenciárias, valendo-se do ensejo para a prática de novos crimes.

Tudo isso posso garantir com amplo conhecimento de causa, com a máxima fidelidade, diante do exame dos autos que me são encaminhados a parecer.

Desde o tempo em que exerci no Rio de Janeiro a Promotoria da Justiça, pude observar, sentir, compenetrar-me dos inconvenientes ou desvantagens desse autêntico “simulacro de prisão”, dessa “piada de péssimo paladar” e “funestas consequências”.

Sob o crivo do Juiz e do Ministério Público, não vislumbro nenhum motivo ponderável para que não se institua, com urgência, a chamada “prisão cautelar”, responsabilizando-se as autoridades policiais e seus agentes por eventuais abusos. A propósito, chega a ser “draconiana” a lei que regula o direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa civil e penal, nos crimes de abuso de autoridade (Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, mais conhecida por “Lei Castello Branco”).

Urge, outrossim, e não ousem me contestar os “românticos” do direito, que se reduza para os 16 anos de idade o início da responsabilidade penal, inclusive quando se tem em vista a quantidade de pessoas ora “penalmente irresponsáveis” e que desempenham papel proeminente em infrações penais das mais diversas, notadamente homicídios, tráfico de entorpecentes, roubos, estúpos e furtos.

Na atualidade, tais “menores” já dispõem do necessário discernimento para distinguir a licitude ou não de suas ações, devendo arcar, portanto, com a responsabilidade penal de suas atitudes.

Pelo menos aqui no estado, faz-se mister que a polícia efetivamente volte aos logradouros públicos, com incessantes revistas ou buscas pessoais a elementos suspeitos, a qualquer hora do dia ou da noite.

Em face de tamanhas omissões, não estão sendo cumpridos adequadamente os mandados de prisão, com impressionante ocorrência de assaltos a cada minuto, à míngua de semelhantes revistas e em virtude da permanência de armas na posse dos bandidos. Diga-se o mesmo com relação ao tráfico de drogas, fazendo-se mister redobrada vigilância na comercialização de armas e passando-se a contemplar, não mais como mera contravenção, mas como “crime”, o porte de tais instrumentos, sem licença da autoridade competente.

Segundo venho acompanhando pela imprensa, quero parabenizar o Exmº Sr. Secretário de Estado Arnaldo Poli Campana pelos esforços que ora vem empreendendo no sentido de reativar a “Delegacia de Vigilância”, o que considero realmente indispensável, na procura de se tranquilizar a sociedade, numa época em que a “demagogia” e a “leviandade” se fazem presentes, em inadmissível e insólita tentativa de embargarem o estabelecimento de medidas previstas e de repressão.

Desde que não sofra desvirtuamentos de qualquer natureza, a polícia há de ser valorizada no exercício de suas funções, devendo-se firmar no combate à criminalidade compressão e harmonia entre o Poder Judiciário, o Ministério Público e as instituições policiais.”

Sr. Presidente, a nossa posição durante todo o nosso mandato, será esta: defender as famílias vítimas destes monstros, que infestam as nossas cidades, pedindo por elas; direitos humanos e um maior rigor dentro da lei, para crimes bárbaros e sem o menor motivo de ser.

Sou cristão Sr. Presidente, mas chegou o momento de separarmos o “joio do trigo”, e só com a pena capital é que vamos limpar as nossas ruas, daqueles que não estão preparados material e espiritualmente para conviver com a sociedade.

Era o que tínhamos a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra, como Líder, a nobre Deputada Irma Passoni.

O SR. IRMA PASSONI — (PT — SP. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas.

Visitei recentemente os trabalhadores rurais do Mato Grosso do Sul atualmente acampados nas vizinhanças da Assembléia Legislativa daquele Estado, estive também em Dourados, onde encontra-se acampado 3 mil trabalhadores sem terra. Não fiz essa visita sozinha, estive acompanhada pelos Deputados Roberto Rollemberg, Jacques D'Ornelas e Sérgio Cruz.

Ai constatamos dramaticamente os efeitos da política de concentração da terra, praticada pelo Governo Federal, e da política de omissão, praticada pelo governo estadual.

Apesar do drama humano que se desenrola no centro da cidade de Campo Grande, nenhuma medida efetiva foi tomada no sentido de resolver o problema dos trabalhadores sem terra. O Governo limita-se a utilizar a repressão buscando tão-somente a desmobilização dos trabalhadores.

Como testemunho desse drama, trago aqui o último número do Boletim ELO da Diocese de Dourados, e demais documentos, dos quais solicito a transcrição integral. (Muito bem!)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE A SRA. IRMA PASSONI EM SEU DISCURSO:

POSSEIROS DE NAZARÉ CONSEGUIRAM VITÓRIA JUDICIAL

A Coordenação da Comissão Pastoral da Terra do Regional Araguaia-Tocantins — se alegra juntamente com os posseiros da região de Tamboril, Taboca e Curti, Município de Nazaré—GO. No último dia 30 de maio, estes companheiros trabalhadores conseguiram uma provisória, mas importante vitória judicial. A grileira Odícia Conceição de Fátima Moraes, que há muitos anos vem perseguindo e massacrando os lavradores, saiu da sala de audiência enfraquecida e desmoralizada.

No dia 25 de março de 1983, esta Coordenação esteve presente na celebração da Missa que recordava um mês do assassinato do jovem e trabalhador Rufino Coelho Neto, nas matas da localidade conhecida com o nome de Macacos, Município de Tocantinópolis—GO. Rufino foi morto por policiais comandados pelo então Delegado Regional de Polícia Militar da Araguaína, Bel. Josué Amorim, na madrugada do dia 25 de fevereiro de 1983. A Srª Odícia, que havia chamado este destacamento e que também estava acompanhando os militares, permaneceu em uma fazenda vizinha ao local do assassinato até a volta destes. Apesar de tantas denúncias, até o momento este caso não foi apurado.

Odícia, responsável pela morte de Rufino, está grilando aproximadamente seis mil alqueires de terra. Antes da morte de Rufino, mais de onze casas de lavradores foram queimadas. Pistoleiros, Polícia Federal, GETAT, Políticos, Juiz, Fazendeiros, puxa-sacos, queima de roças brocadas e derrubadas, processos judiciais, intimidações, assinaturas forçadas, tudo isto a grileira utilizou para destruir a força

de resistência, a organização e a vida daqueles humildes lavradores. Apesar disto e dos vários despejos, todos os posseiros voltaram e se fixaram em suas terras.

Em setembro de 1982, os posseiros entraram na Justiça contra Odícia, numa ação de Manutenção de Posse. Por quatro vezes, a requerida, que mora em Goiânia, conseguiu escapar das intimações para fazer prorrogar as audiências. Finalmente, o Juiz intimou-a através de Edital.

Mais de 30 lavradores e a Srª Odícia com seus jagunços se fizeram presentes à audiência de 30 de maio. Cheia de tensões, a audiência durou 5 horas consecutivas. De várias maneiras, o advogado da grileira tentou desmerecer e invalidar os depoimentos seguros das testemunhas Frei Henrique des Rosiers, padre e advogado deste Regional da CPT, fez a defesa dos posseiros. O Sr. Juiz, Dr. Mauro Pires, reconheceu a legitimidade das posses e a turbacão das mesmas por parte da Srª Odícia, através da queima de casas; de roças e outras violências. Confirmando o direito dos posseiros, o Juiz concedeu-lhes a medida liminar.

Companheiros lavradores, continuem a luta! Não podemos desistir desta batalha quando temos a certeza de que Jesus Cristo veio para nos dar a Vida e Vida completa. Um dia todas as violências e injustiças praticadas contra os pobres e pequeninos serão definitivamente exterminadas. A união, a força e a organização de todos os oprimidos será a vitória do Deus Libertador.

Tocantinópolis, 7 de junho de 1984. — **Pe. Jovino Morais Tavares.**

Campo Grande, 19 de junho de 1984.

Relatório da reunião realizada no dia 18 de junho de 1984 com o Líder da bancada do PMDB, Deputado Válder Pereira e os Deputados Federais Roberto Rollemberg, Jacques D'Ornellas, Sérgio Cruz e Irma Passoni, analisando a questão dos três mil posseiros acampados em Vila São Pedro (Dourados).

A informação que tivemos do Deputado Válder Pereira é de que os acampados no prazo de 20 (vinte) dias, seriam assentados em terras compradas pelo governador do Estado de Mato Grosso do Sul e seria implantado um projeto piloto de plantios de gêneros de primeira necessidade, com assessoria técnica, sementes, etc., e comercializado também através de uma Cooperativa.

O assentamento dessas famílias seria logo efetivado na medida em que os próprios verificassem as seis áreas, ou outras mais, e escolhessem uma dentre elas.

Em reunião com a comissão de posseiros e toda a população da Vila São Pedro, o que pudemos verificar é que a situação dessas três mil pessoas entre elas mil e duzentas crianças, é extremamente grave e exige providências urgentíssimas:

1. Muitas pessoas estão doentes, com bronquites, tosse, resfriados, e há uma epidemia de conjuntivite que atinge muitas crianças e adultos.
2. A alimentação é precaríssima.
3. Muitas famílias ainda não têm, lonas, agasalhos, etc.
4. Não têm assistência médica e nem remédio.

Portanto, a comissão inter-partidária de parlamentares federais considera:

a) A política agrária estadual se soma à nacional, exigindo profundas e imediatas transformações aqui no Estado do Mato Grosso do Sul que toma forma crua e violenta, exigindo providências imediatas.

b. Considera desumana e violenta a ação da polícia e ilegal a forma que foi efetivado o despejo em Ivinhema, assim como despejo da comissão aqui na Praça da República.

Pudemos perceber o repúdio da população em relação a essa maneira de resolver a questão de terra, despejando crianças e adultos e deixando-as ao relento.

Queremos apoiar expressamente a decisão do Governo de, no prazo de vinte dias assentar estas famílias no projeto piloto onde seria dado o apoio técnico, de sementes e comercialização dos produtos em forma de Cooperativa; assentando definitivamente estas famílias na terra.

Para que isto realmente seja efetivado, consideramos correta a forma de a própria comissão verificar as áreas, elaborando atas assinadas por todos os presentes, escolhendo depois a área onde devem ser assentados.

c. Para isto, consideramos ser essencial a vitória ser efetivada com a comissão e assessorados por pessoa indicada pela TERRASUL, com transporte e segurança de toda a comissão.

Deixamos patente, outrossim, nosso integral apoio às reivindicações formuladas pelos sem terra que solicitam: alimentação urgente (relação anexa); assistência médica permanente e medicamentos que também constam da relação "in anexo"; cinco rolos de lonas, cinco de cordas, mil cobertores e agasalhos; desapropriação de área da Gleba Santa Idalina, desapropriação de terras que não estão sendo usadas com fins sociais; vitória das áreas acompanhadas por órgão do Estado, por questão de segurança.

Denúncia de perseguições ao Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Porto Franco e a Igreja Católica local.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porto Franco e a Igreja Católica local, por estarem do lado dos lavradores na sua luta pela terra, têm sofrido inúmeras agressões de grileiro, jagunços, polícia, autoridades e políticos.

O presente relatório, que trata, em síntese, os principais conflitos, pretende tornar públicos estes fatos, pedir solidariedade de entidades e meios de comunicação e exigir das autoridades competentes as medidas de justiça que se fazem necessárias.

1 - Caso Fazenda Palmeirinha — A Fazenda Palmeirinha está a 4 Km da BR Belém-Brasília, partindo do povoado de Campestre, que dista 20 km de Porto Franco, na direção de Imperatriz. Uma média de 500 famílias, entre posseiros, pequenos proprietários e arrendatários ocupam uma terra de 5 léguas em linha reta. Muitos dos lavradores de mais de 60 anos têm avós que nasceram lá e lá estão enterrados.

Em 1973, o Sr. Walter Fonseca Freire, conhecido por Walter Paulista, adquiriu algumas propriedades na data Palmeirinha.

A 1ª perseguição feita pelo Sr. Walter Paulista e seu capataz e pistoleiro Sr. João Queiroz, vulgo João Mineiro, se deu no ano de 1975, com despejo de lavradores no Seco Grande, que fica à margem do Rio Tocantins no povoado de Campestre. Nessa história, conseguiram despejar, por meio da polícia, 4 famílias num total de 15 pessoas. Todos foram tirados de suas terras na base da violência, tendo suas casas queimadas, juntamente com seus pertences.

No início desse problema, o STR de Porto Franco interviu em favor dos posseiros. Em consequência dessa intervenção, o Presidente do STR, Leonar do Pereira Primo, sofreu sérias perseguições. Só não foi preso a mando do grileiro porque saiu para São

Luis e Brasília à procura de recursos, ficando 2 meses fora do Sindicato. Walter declarava abertamente que, se encontrasse membros dos Sindicatos de jeito, acabaria com eles.

Quando se viu ganhador nesse caso, Walter voltou a grilar terras, desta vez na área denominada Fazenda Palmeirinha. Começou comprando alguns direitos em áreas separadas, passando a considerar como suas as áreas intermediárias, mesmo as habitadas. Logo passou a perseguir o povo ali dentro. Começou a coagir os posseiros, os pequenos proprietários, os herdeiros à assinarem contrato de arrendamento e ao mesmo tempo lhe pagarem renda.

Aqueles que não aceitavam seu jogo, eram proibidos de fazer roça e eram ameaçados de expulsão da área através de violência. Muitos daqueles que resistiram tiveram suas casas queimadas pelo pistoleiro João Queiroz, que não poupou nada do que havia lá dentro. Até mesmo crianças tiveram que sair correndo.

Houve pessoas que, tentando mostrar para o João Queiroz que ele estava prejudicando os antigos proprietários, apanharam como cachorro no meio da rua, em Porto Franco. Teve um que foi espancado pelo pistoleiro João Queiroz, em frente ao Cartório do 1º ofício, quando procurava seus direitos.

Depois da tentativa frustrada de vender a fazenda, o Sr. Walter passou fora 2 anos. Voltando, fixou residência na cidade de Porto Franco, na Praça Getúlio Vargas, nº 130. Por algum tempo parecia ter desistido das suas investidas.

Mas, a partir do final de 1983, conseguiu fazer bons negócios com grupos econômicos de Minas, São Paulo e Rio de Janeiro, dentre os quais a MARFISA Agropecuária. Voltou, então, a fazer ameaças a todos os moradores do Fazenda Palmeirinha, tanto pequenos proprietários, posseiros e arrendatários.

Os moradores, em grande número, vendo-se ameaçados, procuraram imediatamente o STR de Porto Franco, através da Delegacia Sindical de Campestre. A Direção do Sindicato começou a fazer reuniões com os associados, descobrindo seus direitos e as formas de garantir a permanência em suas terras. A partir daí, o povo começou a se organizar na defesa do que é seu.

O grileiro deu o prazo de até 30 de junho de 1984 para todos desocuparem a área.

56 lavradores foram ao GETAT comunicar sua decisão de permanecer na terra e exigir providências imediatas. O GETAT aprovou a permanência das famílias na área, garantiu o acompanhamento do caso e mandou seus técnicos fazerem o levantamento das posses e propriedades.

Agora que o prazo está vencendo, o Sr. Walter declara não aceitar a determinação do Órgão do Governo; afirma aos 4 ventos que, vencido o prazo dado, jogará tratores nas propriedades de todos que ali moram e trabalham; através de seu capataz e outro empregado, o agrimensor Francisco de Assis Cavalcante, está intimando os moradores, exigindo que todos compareçam à sua presença para autorizá-lo a fazer uma demarcação da área.

Para mostrar que suas ameaças não são em vão, neste final do mês de maio, Walter mandou derrubar a ponte sobre o rio Água Boa, dificultando o acesso de quem entra e sai.

2 — Caso Paraíso — 2.1 — D. Elvira Pereira da Silva é uma viúva que só possui uma área de terra dentro do povoado de São Sebastião do Paraíso, toda cercada e beneficiada. O Sr. Adelino Belizário e Sr. João José Beloca estão constantemente querendo tomar quase toda a terra, que são menos de 8 ha.

Com o apoio da Delegacia Sindical do Paraíso e de todo o Sindicato de Porto Franco, D. Elvira tem resistido com toda firmeza, chegando mesmo a cortar o arame que estava lhe deixando sem terra. Por outro lado, em companhia de alguns lavradores fechou a cancela que o grileiro João José Beloca usava para colocar o seu gado dentro.

Dr. Francisco Bandeira Coutinho, advogado do grileiro, conseguiu do juiz Dr. Bernardo, uma liminar dando posse aos 2 grileiros, e ela, com a ajuda do Sindicato, encaminhou o caso ao Tribunal e continua resistindo dentro da sua propriedade.

2.2 — Sargento Antenor Zacarias a serviço dos grileiros — O Sargento Zacarias, como Delegado Policial de Porto Franco, vem assumindo atitudes ilegais e totalmente contrárias aos direitos dos lavradores:

2.2.1 — *Contra D. Elvira* — Mesmo após o encaminhamento do processo ao Tribunal, os grileiros continuaram colocando o gado dentro de suas terras. Ela reagiu, retirando o gado e tornado a cercar, com a ajuda dos companheiros lavradores. O Delegado Zacarias intimou D. Elvira e os companheiros e na audiência do dia 3 de maio ameaçou-os de prisão e declarou que ele próprio iria derrubar a cerca, o que executou no dia 4 de maio, com os Srs. José Carneiro, ex-soldado aposentado, Bento Paiva, ex-soldado residente no São João do Paraíso, João José Beloca, Domingos Almeida, residente no São João do Paraíso, e José, filho do grileiro Antonio Costa.

2.2.2 — *Prisão ilegal do lavrador José de Ribamar Rodrigues* — A prisão do lavrador José de Ribamar, feita de 30 de abril a 2 de maio, foi totalmente ilegal, conforme declaração do próprio Delegado, diante de um grupo de 13 pessoas que foram exigir os motivos da prisão, que favorecia aos interesses dos grileiros.

2.3 — Vereadora Nicota reforça a opressão — Esta vereadora é do PDS, vive no povoado do Paraíso a serviço do Prefeito, Sr. Raimundo de Sousa Milhomem e de grileiros, perseguindo lavradores e insitando invasões de terras de pequenos posseiros. Foi ela inclusive quem praticamente conduziu a audiência do dia 3 de maio com D. Elvira e lavradores, na Delegacia de Polícia, desacatando D. Elvira, o delegado sindical, o advogado do Sindicato e o Vigário da Paróquia.

3 — Caso da Sede do Sindicato — O imóvel situado à rua João José Milhomem nº 9, foi cedido pela Junta de Missões Nacionais da Convenção Batista Brasileira ao Sr. Leonardo Pereira Primo, membro da mesma Missão, para morar e utilizar noutras finalidades, por tempo indeterminado.

Sr. Leonardo foi reunindo companheiros lavradores e, em 1974, fundou o STR de Porto Franco, que ficou sediado por um certo tempo numa sala da residência do Presidente. Logo em seguida, os sócios reconstruíram a casa da esquina, pertencente ao mesmo imóvel, para ser a sede do Sindicato.

Sr. Leonardo escreveu a Missão, no Rio de Janeiro, pedindo a doação do imóvel para a entidade trabalhista. O Presidente da Convenção deu parecer favorável, ficando de convocar o Conselho para a decisão final.

Em 28 de setembro de 1983, 5 meses depois da posse da 3ª Diretoria do Sindicato, um senhor apresentou-se em nome da Missão e deu um contrato de comodato de imóvel urbano para ser assinado. Assinou-o a Presidente do Sindicato, Ana Araci Alves Barros.

6 meses após, no dia 28 de março de 1984, compareceu um pastor “para tratar de negócio” e disse

o seguinte “Vocês terão que desocupar a propriedade da Missão porque os fazendeiros não gostam do Sindicato. Eu vou executar esse contrato, que é uma lei” (referia-se ao contrato de 6 meses atrás). E quis saber quais eram as intenções do Sindicato.

O Secretário do Sindicato, Sr. Marino Rosa Moreira, foi conversar com o pastor do Estreito, o qual lhe disse. “Enquanto a Missão não vier conversar, vocês não saiam nem paguem aluguel”

4 — Casos mais recentes: 4.1 — Está havendo uma articulação entre a Assembléia de Deus e a Igreja Batista para expulsar os membros do Sindicato que delas fazem parte, inclusive a Presidente do Sindicato.

4.2 — Um dos moradores da Fazenda Palmeirinha, Sr. Manoel João, está esperando ter sua casa queimada, com todos os que moram dentro. Já não está nem mais podendo sair de casa durante o dia.

4.3 — O Sr. Walter Paulista está tentando apossar-se de lotes urbanos no Povoado de Campes tre e ao mesmo tempo forçando os lavradores da Fazenda Palmeirinha a virem ocupar estes lotes para que seja desocupada a área da Fazenda.

4.4 — O mesmo grileiro articulou um abaixo-assinado com umas 300 assinaturas. E entrou com um pedido no MEAF, no GETAT e outros órgãos do Governo, alegando que a Diretoria do Sindicato, os Delegados Sindicais e agentes da Igreja Católica estavam incitando lavradores a invadirem terras.

Acontece que esse abaixo-assinado foi apresentado ao povo sem o cabeçalho e com a explicação de que aqueles que assinassem receberiam remédio e consulta do GETAT, além de material escolar e alimentação.

Mesmo com toda esta calúnia e sabotagem, o Sr. Governador Luís Rocha encarregou a Secretaria de Segurança Pública de fazer uma sindicância, executada pelo Sr. Walter Dourada, Delegado Regional do Vale de Tocantins. Os representantes sindicais e os membros da Igreja Católica intimados a depor na Delegacia de Polícia estão sendo submetidos a interrogatórios extensivos e provocadores. Até mesmo o Vigário de Porto Franco foi intimado a comparecer à Delegacia para prestar depoimento.

4.5 — Está havendo bloqueio no Posto Telefônico para as pessoas ligadas ao Sindicato. Elas têm a maior dificuldade em fazer suas ligações, pois grileiros seus apaniguados se fazem presentes e ocupam a cabine por longo tempo, controlam a telefonista e dirigem afrontas aos sindicalistas.

4.6 — Foi colocada uma bomba de pequena porte na casa de D. Ana Araci, Presidente do Sindicato, como provocação, sem se importarem nem mesmo com a presença de crianças.

4.7 — Outra provocação tem sido a de jogar carro em agentes da pastoral da Igreja Católica.

4.8 — Pessoas ligadas ao Sindicato e à Igreja Católica têm sido constantemente seguidas nas ruas de Porto Franco.

Conclusão

Diante de todos estes fatos, o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Porto Franco tira a seguinte conclusão: cada caso não é um caso isolado, desligado da situação geral de grilagem da região. Sabe-se que existe uma forte articulação entre fazendeiros, grileiros, políticos, polícia, autoridades no sentido de “desocupar” as terras, destruir o Sindicato e enfraquecer a luta da Igreja Católica em favor dos oprimidos.

Porto Franco, 2 de junho de 1984.

(Seguem-se assinaturas de):

Ana Araci Alves Barros — presidente do STR, Marino Rosa Moreira — Secretário STR, João Campos de Matos — Delegado Sindical de Paraíso, Regina Célia Costa Lima — Agente da Pastoral, Neide Moraes Nunes — Agente da CPT, Frei Pietro Gabrieli (Tadeu) — Vigário da Paróquia, Conceição de Maria Delfino Romano — Agente da Pastoral.

O COCO BABAQU É VIDA

Nós, Trabalhadores Rurais dos Municípios de Itaguatins, Sítio Novo, Axixá, Augustinópolis, São Sebastião do Tocantins, no Bico do Papagaio, Extremo norte de Goiás, queremos dar conhecimento às autoridades e, particularmente, ao IBDF, que se diz defensor da natureza, e ao Povo Trabalhador do nosso Estado e de Todo o País, a respeito da situação de opressão que sofremos como lavradores, quebradores e quebradeiras de coco babaqu.

Formando mais de 9.400 famílias, superamos a quantidade de 59 mil pessoas que vivem da produção do coco babaqu nesta região do Bico do Papagaio, conforme avaliação nossa. Muitos de nós, trabalhamos como arrendatários em terras que dizem ser de dono. Neste trabalho, sofremos as maiores humilhações e necessidades. Brocamos e derrubamos a mata. Plantamos o arroz, mas somos proibidos de plantar feijão, mandioca, fava e outros cereais. Mais da metade do arroz que colhemos é entregue aos ditos “fazendeiros”, como parcelas de arrendo. A outra parte do arroz fica para pagarmos as dívidas contraídas no comércio durante todo o trabalho de broque, derrubada, plantio e colheita. Além disso, muitos fazendeiros nos obrigam a plantar capim ou a fazer cercas de arame em torno do seu desejado terreno. Por este trabalho, não ganhamos nada. Fica como pagamento pela utilização da terra!

Outra grande parte de trabalhadores rurais de nossa região é formada por posseiros. Como tais, enfrentamos a dureza e a aventura da exploração das matas virgens. Doenças, incertezas do caminho, feras, insetos, se transformam em histórias diárias em nossas vidas. Limpamos as terras, tornando-as úteis para o trabalho humano. Então, chegam os grandes fazendeiros cheios de ganância, dizendo-se donos de toda aquela área amansada. Neste momento, se apresentam para nós dois caminhos: ou cedemos às pressões do falso fazendeiro, entrando forçadamente nas correntes de migrantes pelo mundo afora, ou resistimos. E resistir significa enfrentar uma verdadeira guerra. Os ditos fazendeiros, muitas vezes acobertados por autoridades, se armam com pistoleiros, policiais, processos judiciais, ameaças, falsos acordos e dinheiro, etc. Continuamos resistindo. A luta se torna dura e cruel, chegando, às vezes, ao derramamento de sangue. Enquanto isto, as nossas famílias ficam morrendo de fome e precisão. Um filho adoce e a gente não adivinha que a doença era fraqueza, fome! Os médicos exploradores aproveitam-se da nossa miséria para ganharem muito dinheiro. Por que e como ainda estamos vivos?!

A nossa vida é Deus-conosco! Depois de Deus, é o Coco Babaqu. Homens, mulheres, jovens e crianças entramos mata a dentro para quebrar até 10 quilos de coco por dia. Vendido no valor de Cr\$ 300,00 a Cr\$ 500,00, conforme cada município, conseguimos comprar café, açúcar, querosene, sabão, roupas, remédios e, inclusive, comida. Assim, o babaqu se torna nosso único e mais urgente meio de vida. Os compradores nos exploram, pagando este preço injusto por quilo. Trabalhamos até doze ho-

ras por dia para alcançar uma quantidade melhor de dinheiro. Se o quebrador ou a quebradeira de coco forem hábeis no serviço e encontrarem coco com facilidade, trabalhando até doze horas por dia, podem conseguir até Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) por dia, conforme o município. A nossa grande necessidade de sobrevivência não nos dá condições para exigirmos preços mais justos. Mas continuamos lutando!

Para as nossas famílias, a palmeira e o Coco Babaçu são de grande importância. Dela tiramos o bago do coco, com que fazemos azeite e o leite para temperarmos nossas comidas ou para vendermos. Da casca do coco, fazemos carvão para o nosso gasto ou para vendermos. Do bagaço do coco cru, fazemos sabão. A borra do coco torrado, após extraído o azeite, nossas crianças comem com farinha e açúcar. As palhas da palmeira servem para cobrirmos nossas casas, fazemos paredes das casas, cofos, esteiras e abanos. O palmito, que raramente tiramos, alimenta as nossas crianças e serve para doces. A madeira da palmeira produz o paul com que adubamos nossos pequenos canteiros de verduras. Aproveitamos tudo do babaçu. Por isso, dizemos que ele é Vida. É a nossa Mãe, a segunda Terra. Ele alimenta o povo da roça e da cidade, o pobre e o rico.

Esta grande riqueza da nossa região está sendo destruída. Mas de dez milhões e oitocentos mil pés de babaçu foram destruídos em nossa região nestes últimos quatro anos. Talvez, ainda existam apenas onze milhões, quinhentos e trinta mil pés de babaçu, os quais devemos conservar como um objeto sagrado, conforme nossos cálculos.

Por toda esta destruição do babaçu responsabilizamos o Governo Federal, agindo diretamente por seus órgãos federais, como o IBDF, que se diz defensor da natureza. O IBDF sabe somente castigar os pequenos lavradores quando fazem suas derrubadas de mata para porem as pequenas roças de subsistência. Os grandes proprietários derrubam criminosamente matas acima de 600 alqueires de terra e nada acontece com eles. Em nossa região, aproximadamente 85 fazendeiros são os beneficiados por esta política irresponsável do Governo. São esses fazendeiros, por isso, quem mais derrubam babaçu. Trata-se de um verdadeiro crime contra a natureza e a vida de muitas pessoas que moram em nossas cidades, mas especialmente, nos povoados. Não é justo, portanto, que um grupo de ambiciosos fazendeiros destrua tão abundante fonte de vida sem que sejam punidos severamente pelas autoridades competentes. Além disto, estes fazendeiros cometem as maiores arbitrariedades. Correm atrás de nossas mulheres e crianças, quando vão quebrar o coco. Ameaçam-nas de surra e de morte. Proíbem severamente de entrarmos no mato para catar e quebrar o coco de que precisamos para a nossa sobrevivência. Dizem palavras contra nós. Proíbem-nos de caçar, pescar nas lagoas, fazer carvão, cortar cipó, tirar lenha, quando com isto queremos somente sobreviver.

Por estas e outras razões, exigimos das autoridades os seguintes direitos:

1. Exploração livre do coco babaçu em todas as áreas de terra em nossa região;
2. Intervenção e punição dos fazendeiros no sentido de impedir novas derrubadas de babaçu e apurar o que foi destruído;
3. Segurança aos quebradores e quebradeiras de coco para que continuem exercendo o seu trabalho com garantia;

4. Reconhecimento da autoridade dos Sindicatos quanto às decisões tomadas em relação à quebra e comercialização do coco.

Mesmo debaixo da perseguição, estamos dispostos a enfrentar a luta por causa de nossa vida e da vida de nossos filhos. Sabemos que esta luta não vai parar enquanto também não conquistarmos uma terra e melhores condições de vida e de trabalho, para todos os trabalhadores da roça e da cidade. Por isso, queremos nos unir aos trabalhadores da cidade para juntos realizarmos a verdadeira Reforma Agrária. Reforma Agrária que venha respeitar e racionalizar a utilização de nossas riquezas naturais. Reforma Agrária para beneficiar toda a sociedade brasileira. Neste sentido, Reforma Agrária é também questão política. E como questão política não podemos exigí-la sem querermos ao mesmo tempo Eleições Livres e Diretas Já para Presidente da República, como também a mudança radical dos rumos e das Leis da nossa Constituição Nacional.

Portanto, Reforma Agrária só poderá vir juntamente com a Democracia da Classe Trabalhadora. Não queremos a Reforma Agrária anunciada e posta em prática pelo GETAT. O GETAT não defende o trabalhador. Defende, sim, as grandes empresas e os grandes projetos governamentais como o Programa Grande Carajás. O GETAT quer fazer de todos nós, trabalhadores rurais, a médio e a longo prazos enorme reserva de mão-de-obra barata para estas grandes empresas e projetos capitalistas.

Gritamos unidos e organizados:

"Povo do Sertão não quer mais getar, não!"

"Exigimos nossos direitos sobre o babaçu!"

"Reforma Agrária Já, que vai nos libertar!"

Augustinópolis, 23 de junho de 1984.

O Sr. Aluizio Campos — Sr. Presidente, peço a palavra para falar em nome da Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Líder Aluizio Campos.

O SR. ALUIZIO CAMPOS (PMDB—PB. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas.

Faleceu hoje, na cidade do Rio de Janeiro, o Marechal Ademar de Queiroz, herói da Segunda Guerra Mundial e um dos Comandantes das Forças Expedicionárias Brasileiras na Itália, Ministro da Guerra do Governo do Marechal Castello Branco, Presidente da PETROBRÁS e, depois, membro do Conselho de Administração daquela empresa.

Fui colega do ilustre militar na Escola Superior de Guerra, em 1959, quando juntos fizemos o curso de Altos Estudos dos Problemas Nacionais naquela entidade. Desde então, mantivemos amistoso convívio e, ao longo do tempo, pude testemunhar a inteligência, honradez e elevado espírito público daquele eminente brasileiro, que sempre se impôs ao respeito e admiração de quantos com ele conviveram ou colaboraram.

Por tais razões, Sr. Presidente, solicito a inserção de um voto de pesar na ata dos nossos trabalhos de hoje pelo falecimento do Marechal Ademar de Queiroz, após a sua aprovação em Plenário na forma do Regimento, pedindo seja esta homenagem transmitida à família do homenageado.

Esta é a solicitação que faço em nome da Liderança do meu Partido, encaminhando a V. Exª por escrito, a homenagem.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — A Mesa se associa à justa homenagem que se presta, nesta tarde, à figura, por todos os títulos digna, do Marechal Ademar de Queiroz.

Conheci pessoalmente aquela figura, e recorro-me da firmeza de suas atitudes e da coerência de suas posições.

Quando fui Governador da Bahia, o Marechal Ademar presidia a PETROBRÁS e dele recebemos todas as atenções e nele reconhecemos, e agora mais do que nunca proclamamos, um dos pró-homens desta República.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Sobre a mesa, comunicação que vai ser lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte

Brasília, 26 de junho de 1984.

Ofício nº 187/84

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que a Deputada Irma Passoni — PT — foi indicada por esta Liderança para substituir o Deputado Antônio Moraes na Comissão Mista encarregada do estudo e parecer da Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 1984, que "Altera e acrescenta dispositivos na Constituição Federal, de modo a tornar gratuito o ensino em todos os níveis, sob o encargo do poder público".

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. — **Freitas Nobre**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Será feita a substituição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Apreciação da Mensagem Presidencial nº 45, de 1984-CN (nº 10/84, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.097, de 27 de dezembro de 1983, que reajusta os atuais valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal, bem como os das pensões, e dá outras providências,

— Dependendo de parecer a ser proferido oralmente em plenário.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Djalma Bessa para proferir o parecer.

O SR. DJALMA BESSA (PDS—BA — Lê o seguinte parecer) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Nos termos do § 1º do artigo 55 da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 2.097, de 27 de dezembro de 1983, reajustando os atuais valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal, bem como os das pensões, e dando outras providências.

A Exposição de Motivos do Senhor Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal, datada de 26 de dezembro de 1983, esclarece que a medida legislativa tem por base o Decreto-lei nº 2.079, de 20 de dezembro de 1983, que reajustou os valores dos proventos relativos aos servidores civis do Poder Executivo, acrescentando ainda que o aumento de despesas correrá à conta do Orçamento do Distrito Federal.

Ante o exposto, entendemos que nada há a opor, já que trata o presente diploma legal tão-somente da extensão, à outros órgãos públicos, do reajuste concedido pela

administração Federal aos seus servidores. Assim considerando, opinamos pela aprovação da matéria, na forma do seguinte

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 39, DE 1984—CN

Aprova o texto do Decreto-lei nº 2.097, de 27 de dezembro de 1983, que “reajusta os atuais valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal, bem como os das pensões, e dá outras providências”.

O Congresso Nacional decreta:

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 2.097, de 27 de dezembro de 1983, que “reajusta os atuais valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Con-

tas do Distrito Federal, bem como os das pensões, e dá outras providências”.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — O parecer conclui pela apresentação de projeto de decreto legislativo que aprova o texto do decreto-lei

Completada a instrução da matéria, passa-se à

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 39, de 1984—CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 2.097, de 27 de dezembro de 1983, que reajusta os atuais valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal, bem como os das pensões, e dá outras providências.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem deseje usar da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto permanecem sentados. (Pausa)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto permanecem sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Nos termos do art. 55, § 1º, *in fine*, da Constituição, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e 45 minutos, neste plenário, destinada à apreciação dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 17, 18 e 19, de 1984—CN (7ª sessão); 22, de 1984 — CN (6ª Sessão); 21 e 23, de 1984—CN (5ª sessão).

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 19 horas e 40 minutos.

Ata da 177ª Sessão Conjunta, em 26 de junho de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Lomanto Júnior

ÀS 19 HORAS E 45 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Claudionor Roriz — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hêlio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Gastão Müller — José Fragelli — Marcelo Miranda — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arlindo Pôrto — PMDB; Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Randolfo Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Carlos Vinagre — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Ronaldo Campos — PMDB;

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Chagas Vasconcelos — PMDB; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araújo — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; João Faustino — PDS.

Paraíba

Aluízio Campos — PMDB; Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; Raymundo Asfora — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egidio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; José Jorge — PDS; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB;

Alagoas

Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; Nelson Costa — PDS; Sérgio Moreira — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Prisco Viana — PDS; Raul Ferraz — PMDB; Ruy Bacelar — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB;

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS; Theodorico Ferraço — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Aloysio Teixeira — PMDB; Alvaro Valle — PDS; Arildo Teles — PDT; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Celso Peçanha — PTB; Clemir

Ramos — PDT; Darcílio Ayres — PDS; Denisar Arneiro — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Figueiredo Filho — PDS; Franciso Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Jacques D'Ornellas — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Márcio Braga — PMDB; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PDS; Cássio Gonçalves — PMDB; Castejon Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Emílio Gallo — PDS; Emílio Haddad — PDS; Fued Dib — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Herculino — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Maria Magalhães — PMDB; José Ulisses — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Navarro Vieira Filho — PDS; Nylton Velloso — PDS; Oswaldo Murta — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Aírton Soares — PT; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Estevam Galvão — PDS; Farabulini Júnior — PTB; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Irma Passoni — PT; João Herrmann Neto — PMDB; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Octacílio de Almeida — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Roberto Rollemberg — PMDB; Salvador Julianelli — PDS; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goias

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iturival Nascimento — PMDB; Jaime Câmara — PDS; João Divino — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Cristino Cortes — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barê — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Ary Kffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Ítalo Conti — PDS; Luiz Antônio Fayet — PDS; Norton Macedo — PDS; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Loures Bueno — PMDB; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Eptácio Bittencourt — PDS; Evaldo Amaral — PDS; João Paganella — PDS; Odilon Salmoria — PMDB; Pedro Colin — PDS; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Darcy Pozza — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Irajá Rodrigues — PMDB; Irneu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; José Fogaça — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Rosa Flores — PMDB; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Geovani Borges — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — As listas de presença acusam o comparecimento de 60 Srs. Senadores e 281 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Não há oradores inscritos para o período destinado a breves comunicações.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 1984-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 24, de 1984-CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 2.089, de 27 de dezembro de 1983, que prorroga a vigência de incentivos fiscais (incluído em Ordem do Dia nos termos do § 1º, in fine, do art. 55 da Constituição — 7ª sessão).

O Sr. Denisar Arneiro (PMDB — RJ) — Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Denisar Arneiro.

O SR. DENISAR ARNEIRO (PMDB — RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, com base no § 2º do art. 29 do Regimento Comum, solicito a V. Exª, dada a evidente falta de quorum, o encerramento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — É regimental o requerimento de V. Exª Efetivamente, não existe 1/6 de Srs. Senadores nem 1/6 de Srs. Deputados em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 50 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. VICENTE QUEIROZ NA SESSÃO DE 20-6-84 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE

O SR. VICENTE QUEIROZ (PMDB — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas.

Embora a matéria da pauta, hoje, para a discussão tenha vários oradores, colaborando exatamente com o tempo, estamos apenas lavrando o nosso protesto e a

nossa justificativa ao veto de S. Exª o Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei Célio Borja, nº 17/83.

Infelizmente, este País, durante 20 anos de arbítrio, prepotência e incapacidade administrativa, quando veio a Lei da Anistia se esqueceu daqueles homens que fizeram e fazem a construção deste grande País, que são os líderes sindicais na sua luta, no seu trabalho. E realmente não só eles, mas também os servidores públicos, os que constroem também a segurança da pátria, ficaram alijados da Lei da Anistia.

O posição do veto ao Projeto Célio Borja testemunha a preocupação constante senão até mesmo fascista, durante esses 20 anos, que o Governo investiu contra a classe trabalhadora, porque, vejam bem V. Exªs, até mesmo na disputa de cargos eletivos estiveram afastados da concorrência os líderes sindicais, por espúrio dispositivo da legislação eleitoral. E o projeto Célio Borja vinha apenas complementar ou, melhor dizendo, vinha elucidar uma disposição que não ficou clara na sua definição em relação à anistia, para explicitar, o que na verdade já estava implícito. Daí por que, no aparte que pedi ao nobre Líder da minha Bancada, Deputado Freitas Nobre, eu disse que naqueles dias, dizia o General Bevilacqua que desejava anistia ampla, geral e irrestrita, mas sobretudo solidária e recíproca. Por que recíproca? Porque realmente aqueles que fizeram anistia ainda a fizeram com a tutela do AI-5 e se preocuparam em alijar do retorno à vida pública aqueles que tinham, de qualquer maneira, divergência do regime totalitário, que há 20 anos o País enfrenta. Os servidores civis e militares, nos casos específicos, além dos líderes sindicais, estão até agora esquecidos dos benefícios da Lei de Anistia.

Lamento, Sr. Presidente, que o Deputado Célio Borja não se preocupasse, naquela oportunidade, em saber que, através de uma Emenda Constitucional, estaria realmente restabelecendo esse direito. E o que faremos é apresentar uma Emenda Constitucional com 2/3 desta Casa, porque o Poder Executivo continua a ser o poder que açambarca o direito do Poder Legislativo, onde 1/3 é suficiente ao veto, para contrariar a decisão tanto da Câmara dos Deputados como do Senado Federal.

Sr. Presidente, era o protesto que queríamos lavrar, nesta manhã, quando se define, no último dia o veto ao Projeto Deputado Célio Borja. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

APARTES DO SR. ARTHUR VIRGÍLIO NETO OFERECIDOS AO DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. CUNHA BUENO NA SESSÃO DE 16-5-84. QUE SE REPUBLICAM POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES NO DCN DE 17-5-84

O Sr. Arthur Virgílio Neto — Permite V. Exª um aparte?

O SR. CUNHA BUENO — Gostaria muito, nobre Deputado, mas, lamentavelmente, o Regimento não permite

O Sr. Arthur Virgílio Neto — V. Exª dispõe de 20 minutos, para que esclareçamos já! O Sr. Presidente esclarecerá e V. Exª teria a paciência de me ouvir por dois minutos?

O SR. CUNHA BUENO — Sr. Presidente, é permitido o aparte?

O Sr. Arthur Virgílio Neto — É permitido. V. Exª tem tempo de sobra e com o tempo de sobra que tem, eu tenho a honra de apartear V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — É permitido; V. Exª pode conceder o aparte

O SR. CUNHA BUENO — Concedo aparte ao Deputado Arthur Virgílio Neto

O Sr. Arthur Virgílio Neto — No discurso brilhante, porém, inegavelmente um tanto confuso que V. Exª profere na manhã de hoje. Deputado Cunha Bueno V. Exª confunde a questão da causa com a questão do efeito. De fato, em São Paulo a miséria não nasceu no Governo Paulo Maluf, mas ela se agravou com tudo aquilo que o Governo Paulo Maluf significa em termos de reforço a uma política de concentração da riqueza.

O SR. CUNHA BUENO — Agradeço a V. Exª pelo depoimento que faz, nobre Deputado.

O Sr. Arthur Virgílio Neto — Pois não, inclusive reforçaria o meu depoimento, dizendo que ele agravou as condições de concentração da riqueza, de aprofundamento da miséria e das distorções sociais em São Paulo, obscurantista que é e incapaz que é. Mas, de fato, digo a V. Exª

O SR. CUNHA BUENO — É a opinião de V. Exª

O Sr. Arthur Virgílio Neto — Eu só posso dar a minha opinião, eu não daria a opinião de V. Exª. Só posso dar a minha própria opinião, se eu desse a de V. Exª estaria cometendo um erro de pessoa.

O SR. CUNHA BUENO — Não é a opinião do povo que o elegeu com 700 mil votos.

O Sr. Arthur Virgílio Neto — Muito bem, então, encerro o meu aparte dizendo a V. Exª que a miséria, que não nasceu com Maluf mas foi agravada por ele, leva a uma situação de fato em que a polícia é incapaz de prender todos os ladrões que a miséria fabrica. Mas, quanto aos grandes ladrões, digo a V. Exª que de fato é impossível prendê-los a todos, a começar por aqueles que têm imunidade parlamentar, no caso o próprio Sr. Paulo Salim Maluf, ex-Governador de São Paulo.

O SR. CUNHA BUENO — Eu quero saber se V. Exª está afirmando que o ex-Governador de São Paulo, Sr. Maluf...

O Sr. Arthur Virgílio Neto — Eu afirmo que ele é um corrupto, afirmo que ele é um corruptor, afirmo que ele é um aliciador de votos e de consciências que estão à venda, neste Congresso. Afirmo isto aqui e em qualquer outro foro. Está afirmado irretratavelmente. (Palmas.)

O SR. CUNHA BUENO — Se estão à venda, é na Bancada de V. Exª

O Sr. Arthur Virgílio Neto — Está aqui afirmado irretratavelmente e, em qualquer outro foro, eu repetirei a acusação e a afirmação. E farei o impossível para barrar qualquer passo dessa carreira nefanda e nefasta que ele pretende impor à Nação, contra a Nação e a favor de interesse que não são os da Nação.

O SR. CUNHA BUENO — Na Bancada de V. Exª pode ser, na nossa Bancada não existe e não aceito a afirmação de V. Exª

O Sr. Arthur Virgílio Neto — Pois lhe asseguro que uma pessoa de boa fé dificilmente acompanharia um projeto antinacional, um projeto antibrasileiro e antipopular como esse que o Sr. Paulo Maluf propõe. Portanto, eu desconfio de quem o apóia.

O SR. CUNHA BUENO — Sr. Presidente, não aceito as afirmações do ilustre Deputado em seu aparte. Se existe algum parlamentar que pretenda vender ou negociar o seu voto, acredito que ele tenha a obrigação, mesmo como decoro parlamentar, de citar os nomes a que está se referindo.

O Sr. Arthur Virgílio Neto — Conceda-me o aparte que eu lhe apontarei os demais!

O Sr. Elquisson Soares — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. CUNHA BUENO — Não permitirei mais apartes, porque V. Exª quer tumultuar a minha resposta ao nobre Deputado Israel Dias-Novae.

O Sr. Elquisson Soares — V. Exª não tem o direito de antecipar, pois não sabe o que eu vou dizer!

O SR. CUNHA BUENO — Portanto, Sr. Presidente, quero mais uma vez afirmar..

O Sr. Elquisson Soares — V. Exª está julgando por antecipação, Deputado. Permite-me o aparte?

O SR. CUNHA BUENO — ... e pedir ao Governador Franco Montoro que desça do palanque e administre o Estado de São Paulo. (Muito bem!)

O Sr. Elquisson Soares — Foi V. Exª quem comparou Paulo Maluf com os trombadinhas de São Paulo.

O Sr. Marcondes Gadelha — Sr. Presidente, nos termos do artigo 29, parágrafo 2º, do Regimento Comum, solicito a V. Exª o encerramento imediato da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — O requerimento de V. Exª tem amparo regimental.

O Sr. Arthur Virgílio Neto — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — V. Exª tem a palavra, para uma questão de ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO NETO — Comunico, em face do próprio constrangimento que é de se fazer uma acusação a alguém que nunca está presente, e não sei se talvez ao arripio do Regimento, que tomarei a iniciativa de propor algo bastante estranho, e que não seria estranho se o Sr. Paulo Maluf cumprisse o seu dever de mandatário do povo. Vou apresentar à Mesa da Câmara um requerimento, convocando o Sr. Paulo Maluf para vir aqui se defender de tantas acusações que recebe. Não há outra maneira de falarmos com ele, só o convocando como se convocaria a um Ministro, e ele não é um Ministro, é alguém muito abaixo do que deveria ser um Ministro de uma Nação respeitável.

O Sr. Marcondes Gadelha — Sr. Presidente, peço que encerre a sessão.

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 50,00